



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ciências Sociais e Humanas

**A fiscalidade na promoção de um turismo  
sustentável:  
O caso do Parque Natural da Serra da Estrela**

**Ana Isabel Santos Silva**

**Dissertação para obtenção do grau de mestre em**

**Gestão**

**(2.º Ciclo de Estudos)**

**Orientador: Professora Doutora Maria do Céu Alves**

**Covilhã, outubro de 2018**



À minha filha, Maria Leonor.

*O verdadeiro amor começa lá onde não se espera mais nada em troca.*

*Saint-Exupéry, O Príncipezinho*

## Agradecimentos

O percurso que me conduz a este objetivo é extenso, durante esse período os incentivos e contribuições para o tornar real multiplicaram-se.

À minha orientadora, Prof. Dra. Maria do Céu Alves, pelo apoio e confiança, recomendações e sugestões ao presente trabalho.

Um agradecimento especial à Dra. Helena Brancal e ao grupo Natura IMB, à Casa com História, representada pelo Filipe Barata pela incansável colaboração na recolha de dados.

Aos pilares da minha vida, os meus pais, o meu irmão, o meu marido e a minha filha. Em particular, à minha querida Maria Leonor, a minha fonte de inspiração e motivação e ao meu marido por terem suportado as minhas sucessivas ausências e privações nos momentos de convívio.

## Resumo

Atualmente verifica-se um incremento da pertinência das investigações sobre os impactos da fiscalidade no turismo sustentável, designadamente, na identificação e caracterização dos turistas que estão dispostos a pagar mais por destinos sustentáveis. Com este propósito desenvolvemos um estudo empírico no Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), atendendo à sua relevância turística e contributo para o desenvolvimento regional do interior. Neste âmbito, averiguámos qual o perfil do turista do PNSE e se os turistas não residentes estão predispostos para pagar uma taxa de imposto adicional (PPIA) para a sustentabilidade do PNSE. Para o cumprimento deste objetivo elaborámos um inquérito por questionário, tendo obtido 193 respostas válidas. Os resultados obtidos permitem apurar as implicações da PPIA na definição da política fiscal do setor turístico, assim como interferem na tomada de decisão da dinâmica económica e política. As evidências dos resultados contribuem para a escassa literatura existente sobre a análise do comportamento dos turistas e as suas preocupações com questões de sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Turismo sustentável; Propensão para pagar um imposto adicional; Fiscalidade; sustentabilidade; Parque Natural da Serra da Estrela.

## **Abstract**

Nowadays there is an increase in research on the impacts of taxation on sustainable tourism, namely, in the identification and characterization of tourists who are willing to pay (WP) for sustainable destinations. With this purpose we developed an empirical study in Serra da Estrela Natural Park (PNSE), given its tourist relevance and contribution to the regional development. In this context, this study aimed to find the profile of the tourist of the PNSE and if the non-resident tourists are predisposed to pay an additional tax (PPIA) for the sustainability of the PNSE. In order to achieve this goal, we developed a questionnaire, with 193 valid answers. The results obtained allow us to determine the implications of the PPIA in the definition of the fiscal policy of the tourism sector, as well as interfere in the decision making of the economic and political dynamics. Evidence of the results contribute to the scarce existing literature on the analysis of tourists' behavior and their concerns about sustainability issues.

**Keywords:** Sustainable tourism; Willing to pay; Taxation; sustainability, Serra da Estrela Natural Park

# Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral	vi
Índice de Tabelas	viii
Lista de Abreviaturas e Acrónimos	x
Introdução	1
1. Fundamentação Teórica	4
1.1.Repercussões da fiscalidade na Economia	4
1.2.A tributação no setor do turismo	5
1.3.O turismo sustentável: conceito e tributação	8
1.4.O perfil do turista e a predisposição para pagar uma taxa ambiental	10
2. Estudo Empírico	13
2.1. Questões e Hipóteses de investigação	13
2.2. Delimitação e caracterização da área de pesquisa e amostra	14
2.3. Metodologia da Investigação	14
2.4. Análise de dados	15
3. Resultados empíricos e sua discussão	16
3.1.Caraterização da amostra	16
3.2. Análise comparativa entre grupos (turista de inverno/turista de verão)	20
3.3. Hipóteses de investigação	27
3.3.1.Os turistas de género feminino têm maior PPIA	27
3.3.2.Os turistas com rendimentos mais elevados tem maior PPIA	29
3.3.3 Os turistas com maior nível educacional apresentam maior PPIA	30

3.3.4. Os turistas com mais idade revelam maior PPIA	30
3.3.5.Os turistas que realizam mais atividades conexas com a natureza têm maior PPIA	31
3.3.6.Os turistas que fazem mais doações para ONG têm maior PPIA	33
4. Considerações Finais	35
Bibliografia	38
Apêndice	45
Anexo	53

## Índice de Tabelas

Tabela I - Questões e Hipóteses de Investigação	13
Tabela II - Distribuição dos inquiridos por género	17
Tabela III - Idade dos inquiridos	17
Tabela IV - Nacionalidade dos inquiridos	18
Tabela V - Habilitações literárias dos inquiridos 2	18
Tabela VI - Estado civil dos inquiridos	19
Tabela VII - Rendimento médio mensal	19
Tabela VIII - Dimensão do agregado familiar	20
Tabela IX - Distribuição de inquiridos por estações do ano	20
Tabela X - Teste do qui-quadrado de comparação entre estações relativamente a práticas, predisposições, atividades e motivações face ao PNSE	21
Tabela XI - Frequência do PNSE pela primeira vez, por estação do ano/ tipo de turista	21
Tabela XII - Intenção de regresso ao PNSE, por estação do ano/tipo de turista	22
Tabela XIII - Teste de Mann-Whitney de comparação de gastos/dia entre turistas de verão e de inverno	22
Tabela XIV - Doações a ONG, por estação do ano/tipo de turista	23
Tabela XV - Predisposição para o pagamento de um imposto/taxa adicional, por estação do ano/tipo de turista	23
Tabela XVI - Teste T de comparação de médias entre turistas de relativamente ao valor do imposto/taxa adicional que estariam dispostos a pagar no PNSE	24
Tabela XVII - Atividades no PNSE, por estação do ano/tipo de turista	25
Tabela XVIII - Razões para visitar o PNSE, por estação do ano/ tipo de turista	26

Tabela XIX - Teste do qui-quadrado de comparação de distribuições entre géneros relativamente à PPIA	28
Tabela XX - Teste de Mann-Whitney de comparação de rendimentos médios mensais entre inquiridos com e sem PPIA no PNSE	29
Tabela XXI - Teste do qui-quadrado de comparação de distribuições entre inquiridos que realizam e não realizam caminhada relativamente à PPIA	32
Tabela XXII - Teste do qui-quadrado de comparação de distribuições entre inquiridos que costumam e não costumam fazer doações para ONG relativamente à PPIA	33
Tabela XXIII - Resultados das hipóteses	34

## **Lista de Abreviaturas e Acrónimos**

**ONG** Organização Não-Governamental

**PNSE** Parque Natural da Serra da Estrela

**PPIA** Predisposição Para Pagar um Imposto/ Taxa Adicional

**SPSS** Statistical Package for Social Sciences

**TS** Turismo Sustentável

## Introdução

Nos últimos anos, a generalidade dos países europeus têm enfrentado dificuldades associadas com a recente crise económica que afetaram transversalmente todos os setores económicos inclusivamente o turismo (Dogru & Bulut, 2018). Não obstante, segundo a Organização Mundial do Turismo, em Portugal, o setor do turismo cresceu (cerca de 3,9% no ano de 2016), sendo o sétimo ano consecutivo de crescimento. Estes valores revelam a sua significância para o desenvolvimento económico do país. O World Travel & Tourism Council, composto por algumas das maiores empresas de viagens do mundo, estima que o turismo, em Portugal, contribuiu para 17,3% do PIB global em 2017 e prevê um aumento de 5,1% em 2018 (WTTC, 2018).

O turismo é um sector com uma utilização intensa de recursos naturais e bens públicos, por conseguinte a problemática sobre o desenvolvimento sustentado do turismo e a sua integração ambiental é um tema que adquiriu, recentemente, protagonismo. Neste âmbito, destaca-se o conceito de Turismo Sustentável (TS), desenvolvido em diversos trabalhos de investigação, que o consideram indefinido complexo e objeto de uma análise aprofundada (Butler, 1999 e 1980). O progresso do turismo sustentável tem impacto a longo prazo e requer planeamento, tendo consequentemente repercussões económicas (Choi & Murray, 2010), em regra, suportadas pelos residentes dos destinos turísticos (Gursoy, Jurowski & Uysal, 2002).

Note-se que as repercussões negativas podem ser internalizadas por recurso ao sistema de tributação. Na verdade, alguns tributos são criados com finalidades públicas não sancionatórias, para prosseguir objetivos de cariz social, político, económico, cultural ou ambiental, com finalidade de orientação de comportamentos individuais ou coletivos (Dourado, 2017). O sistema fiscal, na qualidade de instrumento económico de controlo de externalidades, tem-se disseminado progressivamente, designadamente através de políticas ambientais (Ekins, 1999). Atendendo à pertinência do estudo dos impactos da fiscalidade no turismo, o setor representa cerca de 10% da receita de imposto de alguns países desenvolvidos, e esse número pode aproximar-se de 100% em certas pequenas economias turísticas (McAleer, Shareef & Da Veiga, 2005), centraremos o nosso trabalho na análise dos efeitos da tributação na promoção do TS.

Na realidade, o futuro de diversos destinos está intrinsecamente dependente da promoção de políticas de turismo sustentáveis (Dodds & Butler, 2009, Kozak & Martin, 2012). O comportamento do sector turístico e as implicações económicas em questões de sustentabilidade são controversos e apresentam ligações em diversos domínios. A pesquisa dos resultados do turismo para a sustentabilidade, incluindo

uma análise interdisciplinar do perfil do turista, na qualidade de consumidor, é fulcral para a sua promoção.

Neste âmbito, atualmente, a análise e identificação dos consumidores que estão dispostos a pagar mais por destinos sustentáveis revela-se uma linha de investigação interessante para a nossa pesquisa (López-Sánchez & Pulido-Fernández, 2017). Na verdade, a temática do turismo sustentável centra-se atualmente no turista e o seu comportamento (Ruhanen, Weiler, Moyle & McLennan, 2015).

Com este fito, será estudado o turismo num parque natural da região, dada a sua importância turística e o seu contributo para o desenvolvimento regional do interior do país. O Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) apresenta condições para estudar a implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, considerando a sua dimensão ecológica, bem como a social (Vianna, Meekana, Rogers, Kragtd, Aline & Zimmerhackela, 2018, Platania & Rizzo, 2018 e Jepson, Whittaker & Lourie, 2011). Com efeito, o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), dada a sua importância turística e o seu contributo para o desenvolvimento regional do interior do país, será objeto do presente estudo. Este maciço montanhoso da região central de Portugal, íntegra seis municípios, representando a maior área protegida do país, incluindo o ponto mais elevado de Portugal continental. A sua biodiversidade é um ponto de referência assim com as suas características culturais, gastronómicas e históricas. O PNSE, segundo dados do Pordata, apresenta uma capacidade total em hotelaria de cerca de 3.082 quartos (em 2016), e recebeu cerca de 499.748 turistas (em 2015). O turismo doméstico contribuiu largamente para a mencionada ocupação, assim como o turismo internacional, representado por cerca de 80.428 turistas estrangeiros.

A investigação sobre os impactos da atividade turística e a eventual preocupação de proteção do destino turístico tem estado focada no estudo do comportamento do turista (Werhli, Egli, Lutzenberger, Pfister, Schwarz & Steettler, 2011). A sensibilidade do turista para com a sustentabilidade, permite avaliar a potencialidade da implementação de uma política fiscal no setor do turismo sustentável e dotar o setor privado de instrumentos para tomada de decisão, promovendo o desenvolvimento do setor. Com este objetivo é fulcral analisar a predisposição para pagar uma taxa adicional (PPIA) associada com o alojamento de modo a promover a sustentabilidade do destino, pelos turistas não residentes no PNSE. Neste contexto, apurar se os turistas estão dispostos a pagar por destinos mais sustentáveis e até quanto estão dispostos a pagar representam questões de investigação atuais e pertinentes.

Desta forma, o objetivo principal desta investigação consiste em caracterizar o turista do PNSE e averiguar se este possui PPIA, que reverta integralmente em benefício da sustentabilidade ambiental do destino turístico. Para tanto são colocadas as seguintes questões de investigação:

- 1) Qual o perfil do turista do PNSE?

2) Estarão os turistas não residentes sensibilizados para as temáticas ambientais e dispostos a pagar uma taxa de imposto adicional designada para efeitos de sustentabilidade do PNSE?

Considerando a escassa investigação sobre os efeitos da fiscalidade e dos diferentes instrumentos de tributação no setor turístico, em Portugal, pretendemos, especificamente, examinar a influência da PPIA na promoção da sustentabilidade ambiental do destino turístico (Taylor, Fredotovic, Povh & Markandya, 2003; Dolnicar, 2010; Dolnicar, Crouch & Long 2008; Casey, Brown & Schuhmann, 2010, Subade & Francisco, 2014 e López-Sánchez & Pulido-Fernández, 2017).

Com este estudo procura-se compreender o impacto destes elementos, visto que estes influenciam a procura e o desenvolvimento económico do turismo. Assim, pretende-se identificar as características dos turistas associadas positivamente ou negativamente com o pagamento do imposto, avaliando, a recetividade dos turistas em relação a uma taxa sobre o alojamento para proteção ambiental do PNSE.

Esta pesquisa foi elaborada com recurso a um inquérito por questionário, realizado em diferentes pontos turísticos do PNSE. Os resultados apresentam uma clara contribuição para a literatura em diversos aspetos. A análise da PPIA tem importantes implicações na definição da política fiscal, na análise da implementação da taxa e na avaliação económica do seu impacto na procura. A pesquisa também contribui para a escassa literatura sobre a caracterização comportamental dos turistas que apresentam preocupação na preservação da natureza nos locais de destino a que se deslocam, com implicações na oferta sustentável do destino.

Este trabalho foi estruturado da seguinte forma: após a presente introdução, realiza-se a revisão da literatura, destacando se as questões da tributação do turismo sustentável e do perfil do turista em questões de sustentabilidade. Na seção seguinte é exposta a metodologia do estudo empírico desenvolvido e, posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados. Por fim, nas conclusões, serão analisadas as respostas às questões de investigação formuladas, apresentados os contributos e as limitações do estudo e sugeridas algumas pistas de investigação futura.

# 1. Fundamentação Teórica

## 1.1. Repercussões da fiscalidade na Economia

A fiscalidade e o crescimento económico são realidades dependentes e complementares. A fiscalidade apresenta repercussões na economia e deve ser orientada em conformidade com os princípios económicos por forma a impedir distorções.

O crescimento geral da economia estimula o desenvolvimento do turismo assim como é verdadeira a relação inversa (Dogru & Bulut, 2018). Em particular, o desenvolvimento turístico pode contribuir para o crescimento económico de um país, aumentando o número de empregos e a receita fiscal (Sinclair, 1998). É um facto assente que o turismo apoia o desenvolvimento socioeconómico por meio do estímulo à criação de emprego e conseqüente redução da taxa de desemprego e da geração de novas receitas fiscais (Dogru & Sirakaya-Turk, 2017).

A fiscalidade é, também, um tema denso que possibilita uma infinidade de associações. Na verdade, a tributação através de impostos ou taxas é garantida constitucionalmente pelo artigo 103.º, da Constituição da República Portuguesa, que refere que “o sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza”. Para tanto, a tributação deve ser simples, transparente e justa (Bird, 1992). O sistema fiscal na tributação do turismo apresenta também finalidades instrumentais ou comportamentais. As políticas fiscais devem ter um efeito mínimo sobre os sectores económicos, exceto em circunstâncias em que a finalidade é serem reguladoras de comportamentos económicos (Holecek, Forsberg, & Myers, 1994).

Relacionando os dois conceitos, Musgrave (1959) considera duas doutrinas diferentes para a equidade tributária. A doutrina do benefício que postula um sistema equitativo, em que cada contribuinte é tributado e em contrapartida beneficia de serviços públicos. A doutrina da capacidade de pagamento exige que cada indivíduo contribua segundo a sua capacidade contributiva.

A minimização dos impactos da fiscalidade na economia reflete-se no conceito de excesso de tributação. Este conceito mede os efeitos no bem-estar da implementação de um imposto. É amplamente aceite na literatura que o excesso de impostos é negativo, representando uma perda de bem-estar. Assim, um imposto eficiente é aquele que minimiza a perda de bem-estar. Neste sentido, Hazari e Nowak, (2003) defendem que a imposição de um imposto otimizado pode maximizar o bem-estar do país de destino.

A receita gerada pelos impostos é um recurso financeiro fundamental para garantir a sustentabilidade do turismo e melhorar a sua qualidade. As opções de cariz económico e político sobre um sistema

tributário eficiente devem considerar o perfil e sensibilidade do turista e a sua disposição de pagar, bem como a sua quantificação ótima. Para atingir um nível ótimo de impostos, atendendo ao equilíbrio entre as vantagens económicas e a fiscalidade, os decisores políticos devem apurar e centrar-se no turista, compreendendo a disposição dos turistas para pagar e suas escolhas, para fundamentar um sistema tributário eficiente e justo (Fernández & Rivero, 2009).

Posto isto, saliente-se que qualquer incentivo à proteção ambiental, incluindo taxas, deve ser imposto com o fito de direcionar vantagens económicas para o destino. Este balanceamento entre a fiscalidade e a economia é complexo e pode criar obstáculos à implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável.

## **1.2.A tributação no setor do turismo**

O turismo é uma indústria complexa. O turismo não é representado somente por um bem, mas sim por um conjunto de bens e serviços diferenciados prestados por uma ampla gama de fornecedores que incluem hotéis, transportadoras aéreas, empresas de transporte, operadores turísticos, viagens, agências de aluguer e inúmeros fornecedores provenientes de outros setores (Mak, 2006).

O turismo é, pois, um mercado altamente competitivo cujos produtos são selecionados por consumidores com destino múltiplo, uma dinâmica que pode aumentar o preço e a elasticidade da procura. Considerando a sua importância e peso na economia, assim como o seu constante crescimento e peculiaridades da atividade, taxar o turismo pode parecer fascinante quando o sujeito passivo é composto por não residentes, mas pode corroer a competitividade (Bird, 1992).

Na verdade, ao incrementar o emprego, o turismo poderá ter uma função redistributiva, permitindo um aumento de receitas governamentais, mas pode ter efeitos negativos, refletindo-se num aumento de preços de alimentos e bebidas, serviços imobiliários e primários que afetam também a comunidade residente (Incera & Fernandez, 2015).

Em bom rigor, o sistema tributário português é edificado nos princípios mencionados promovendo o estado social e uma repartição justa dos rendimentos, sendo o seu fito constitucional o suporte financeiro do Estado (Casalta Nabais, 2016).

De acordo com Gago, Labandeira, Picos e Rodríguez (2009), os impostos sobre o turismo são o exemplo comum de tributação específica do turismo e alguns destes impostos são alocados para arrecadar fundos que garantam a continuidade da qualidade do destino ou permitir melhorias na conservação ambiental. Gooroochurn e Sinclair (2005) salientam que as taxas de acomodação são relativamente fáceis de liquidar e apresentam uma ampla base de incidência. Em Portugal, atualmente existem taxas

municipais de alojamento (refira-se a este respeito a taxa turística municipal de Lisboa e a sua aprovação pela Comunidade Intermunicipal do Algarve), e um imposto indireto sobre o alojamento sob a forma de imposto sobre o valor acrescentado. Embora este último, corresponda a uma taxa reduzida (6%).

A fiscalidade no turismo satisfaz, principalmente, três objetivos: i) captação de receitas; ii) cobertura de custos dos serviços públicos e iii) internalização de custos externos. Em relação à primeira questão, um setor de turismo com peso na economia incentiva políticas fiscais orientadas para o turismo, devido aos baixos efeitos de distorção deste tipo de tributação e a exportação da carga fiscal (Gago et al, 2009). Entende-se por exportação fiscal o facto de se transferir a tributação para não residentes, dando deste modo origem à exportação da tributação. Da mesma forma, Jensen e Wanhill (2002) alegam que as taxas de turismo estão em ascensão, considerando a sua exportação fiscal, uma forma de obter receitas fáceis, sem preocupações de racionalidade económica. Em bom rigor, a facilidade de cobrança a não residentes é o primordial atrativo político destas medidas e da aplicação de instrumentos de tributação ao turismo.

Outra razão apontada para a fiscalidade no turismo é a questão do financiamento específico do turismo com os excessos de custos provocados por uma maior utilização de bens e serviços públicos. Na verdade, a literatura é pródiga em estudos sobre o impacto das taxas de turismo no incremento do bem-estar dos destinos, muitas vezes com resultados controversos (Bird, 1992; Forsyth & Dwyer, 2002; Gago et al, 2009; Mak, 1988).

Por outro lado, em termos económicos a receita pública eficiente deverá obturar custos que surgem devido ao turismo, corrigindo eventuais efeitos externos negativos, designadamente ambientais, causados pelo turismo. A tributação também pode ser usada para tratar externalidades, que incluem o aumento de congestionamentos nas estradas, uma degradação ambiental adicional, desgaste da biodiversidade ou edifícios históricos (Sinclair, Papatheodorou & Stabler, 1997). O imposto pode fazer repercutir a carga contributiva sobre os responsáveis pelo aumento dos custos (Dombrovski & Hodžić, 2010).

Note-se que os efeitos da tributação no comportamento dos turistas, se a maioria das taxas forem suportadas por turistas estrangeiros, pode ter impactos no sector, designadamente na competitividade (Gooroochurn & Sinclair, 2003). Neste sentido, a tributação do turismo pode ser usada para controlar o fluxo do turismo através da variabilidade das taxas de imposto (Varela, 2011). Assim, vários estudos (Bird, 1992; Gooroochurn & Sinclair, 2003; Gooroochurn, 2009 entre outros) indicaram que os países que tem poder de monopólio sobre o turismo internacional, devido à natureza diferenciada dos produtos podem controlá-lo através da fiscalidade (Gooroochurn & Sinclair, 2005). Hazari e Ng (1993) argumentam que a procura turística muda o preço de bens não comercializados, dando origem ao poder de monopólio.

O setor de turismo está sujeito a uma tributação geral sobre a atividade económica mas também um conjunto de impostos específicos. A tributação específica assume geralmente a forma de taxas sobre alojamento. Gago et al. (2009) descobriram que os impostos específicos podem introduzir distorções, enquanto o imposto sobre o valor acrescentado é amplamente reconhecido como sendo um instrumento de não distorção de preços. Na economia, os impostos específicos são propensos a introduzirem distorções que incentivam práticas de fraude (Gago, Labandeira, Picos & Rodríguez, 2006). Por outro lado, os impostos gerais têm bases tributárias mais amplas do que impostos específicos, sendo que estes são mais eficientemente cobrados.

Os impostos específicos caracterizam-se pela sua especificidade face aos bens ou serviços exclusivamente turísticos, neste sentido vejam-se as taxas sobre o quarto de hotel ou de saída do aeroporto. O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) é amplamente utilizado como imposto geral e indireto sobre o turismo. Na prática, o governo pode estabelecer taxas de imposto diferentes em indústrias específicas como a indústria hoteleira ou serviços agregados ao setor do turismo (Ponjan & Thirawat, 2016). Os impostos turísticos podem ser aplicados aos clientes, como uma taxa de visto, ou a empresas, como o imposto sobre as bebidas alcoólicas (Gooroochurn & Sinclair, 2005). Alguns autores argumentam que as receitas públicas podiam ter origem na aviação (Forsyth & Dwyer, 2014; Keen & Strand, 2007; Alvarez-Albelo, Hernandez-Martín & Padron-Fumero, 2017).

Os instrumentos específicos podem concretizar-se na implementação de um imposto *ad valorem* sobre a ocupação hoteleira. Fundamentalmente a opção por este imposto deve-se às seguintes razões: (i) os impostos sobre hospedagem são uma forma mais comum de taxar turistas, especialmente em pequenas economias turísticas (McAleer et al., 2005) (ii) entre os impostos que afetam o turismo, pelo menos nas regiões turísticas, este é talvez o único que tem uma melhor conexão com o turismo (iii) é uma maneira fácil de permitir diferentes níveis de tributação para diferentes categorias de hospedagem.

Note-se que as receitas da taxa turística devem reverter integralmente para investimentos, quer na recuperação de externalidades negativas, quer na promoção da qualidade, gerando retorno financeiro para a indústria e autoridades a longo prazo (Cetin, Alrawadieh, Dincer, Dincer & Ioannides, 2017).

A tributação sobre o turismo incide, desta forma, sobre fundamentos de cariz público e comportamental. Assim, em termos económicos a receita pública deverá colmatar efeitos externo negativos, designadamente o ambiental, causado pelo turismo.

### 1.3.O turismo sustentável: conceito e tributação

A doutrina que desenvolve o conceito de turismo sustentável observa diversos indicadores que compreendem setores como a cultura, sociedade, economia e política, juntamente com questões ambientais. Os objetivos do TS são normalmente vistas como moldáveis de acordo com as circunstâncias (Bramwell, Higham, Lane & Miller, 2017). O âmbito do TS batalha-se na abordagem tripartida do plano económico, sociocultural e ambiental (Nickerson, Jorgenson & Boley, 2016 e Perez & Bosque, 2014).

O turismo é reconhecido como sendo um setor de uso intensivo de recursos, precisa, portanto, de ser responsabilizado em termos de sustentabilidade para uma gestão eficiente dos recursos locais (Lu & Nepal, 2009).

Considerando que a sustentabilidade no turismo é inequivocamente uma área de desenvolvimento prioritário, um elemento basilar das políticas públicas de turismo e que constitui um objetivo estratégico futuro, Portugal associou-se à Organização Mundial do Turismo na celebração do Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento em 2017. No plano ambiental, os objetivos passam por garantir que 9 em cada 10 empresas do país adotam medidas de gestão eficiente de energia, água e resíduos (Estratégia turismo 2027 do Turismo de Portugal, consultado em [www.turismoportugal.pt](http://www.turismoportugal.pt)).

Gössling, Scott, Hall, Ceron & Dubois (2012) postulam que existe uma necessidade de unanimidade sobre a ideia do turismo se tornar mais sustentável, este processo requer uniformidade entre a atuação e participação de todos *stakeholders*. Neste sentido, Freeman (1994), na consagração da teoria dos *stakeholders*, afirma que as partes interessadas podem influenciar os resultados empresariais, pelo que o compromisso com a responsabilidade social não visa exclusivamente resultados financeiros da organização. Esta teoria pode ser transposta para a gestão turística do imposto, ainda que o mercado permaneça competitivo e sustentável, com resultados económicos positivos, ele pode minimizar o seu impacto ambiental (Tan, Habibullah, Tan & Choon,2017). Note-se que, o turismo sustentável pretende satisfazer múltiplos interessados, seja turistas, empresas ou comunidades (Sher, Bagul & Din, 2015).

No que respeita a sustentabilidade importa estudar as suas definições. A sustentabilidade é uma garantia de respeito pelos ambientes locais, sociedades e culturas, operando na realização plena da economia, ambiente e sustentabilidade sociocultural (Weaver,2012). Este conceito compreende “*a necessidade do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender às suas próprias necessidades*” (Cantallops, 2004).

O discurso sobre o desenvolvimento do TS está alicerçado na gestão do desenvolvimento natural e sociocultural, a fim de atender aos critérios fundamentais de promoção de bem-estar económico,

alcançando equidade intergeracional na distribuição de custos e benefícios, garantindo sua autossuficiência, e satisfazendo as necessidades do turista (Briassoulis, 2002).

A literatura considera que no meio ambiente as repercussões do turismo representam uma externalidade. Em bom rigor, alguns autores apelidam de "*doença holandesa*" o modelo em massa do crescimento do turismo, com o comprometimento do crescimento económico de longo prazo devido ao esgotamento de recursos e falta de inovação (Sheng, 2011). Esta designação deriva da transposição para o turismo do termo que descreveu a crise económica holandesa, durante a década de 60, após a descoberta das jazidas de gás natural. Refere-se, assim, aos efeitos negativos decorrentes da exploração de recursos naturais.

No entanto, quando se faz uma análise do impacto ambiental do turismo, a referência é normalmente feito para os efeitos nefastos do turismo em ecossistemas naturais. Segundo, Payeras e Sastre (1994), não devemos negligenciar a existência de custos económicos, sociais e ambientais que normalmente não são calculados para estimar os verdadeiros benefícios sociais de turismo. Estes afetam a despesa e não são compensados pela receita tributária do turismo.

Relativamente à tributação do TS, o seu propósito parece ser o combate das externalidades do turismo massivo, a melhoria da sua qualidade e a diminuição do impacto ambiental. Não obstante, a arrecadação de receita, parece que se pretende uma clara conexão com a sua aplicação na melhoria da qualidade ambiental ou social de uma comunidade.

A solução pigouviana determina que os melhores benefícios sociais podem ser obtidos, aplicando um imposto equivalente ao dano externo marginal, porém esta solução revela dificuldade em calcular os custos sociais marginais e os benefícios marginais privados (Palmer & Riera, 2003).

A principal alternativa a esta teoria é proposta por Baumol e Oates (1971) e consiste no uso de impostos para alcançar um nível de qualidade ambiental. Com esta medida, o objetivo é alcançar uma situação próxima da ótima, na qual é alcançado um certo padrão de qualidade ambiental.

A literatura sobre as aplicações dos impostos sobre o meio ambiente relacionados com o turismo centra-se principalmente no seu efeito sobre a procura e receita (por exemplo, Aguiló, Riera & Rosselló, 2005 ou Palmer & Riera, 2003). Na literatura constata-se que o imposto ambiental é usado para reduzir outros impostos que causam maiores distorções, existindo a possibilidade de poder promover um benefício adicional como as melhorias ambientais. Este benefício adicional deriva de uma redução nas contribuições excedentárias do sistema existente (Gago et al., 2009).

A análise da oferta é, também um instrumento para avaliação, designadamente da elasticidade da procura observando a taxa de alojamento. Quanto menor for elasticidade da procura em relação à elasticidade da taxa, mais a carga tributária recai sobre os turistas, sob a forma de um preço mais

elevado (Mak, 2006). Ora, é consabido que um imposto de turismo pode distorcer a procura quando é relativamente elástica, já que o diferencial de preços causado pelo imposto leva a uma mudança significativa no comportamento dos consumidores. Assim, as mudanças nos preços podem influenciar o comportamento dos turistas se a incidência fiscal recair no turista não residente (Gooroochurn & Sinclair, 2003).

Como é consabido, os impostos ambientais estão associados a um aumento no curto prazo dos custos, o que, em última instância, pode levar a modificações nos postos de trabalho e problemas relacionados com a competitividade e a deslocalização de negócios (López-Sánchez & Pulido-Fernández, 2017). Assim, se os impostos são o que pagamos para conseguirmos uma sociedade civilizada, o seu valor terá que ser tolerável (Holmes & Sunstain, 2000).

Gago et al. (2009) defendem que esse tipo de imposto não deve ser classificado como imposto ambiental, principalmente porque os turistas não reduzem externalidades ambientais negativas através do seu comportamento. Assim, sugerem que os impostos ecológicos turísticos sejam criados para turistas e para fins ambientais. Porém, para estes é alheio o eventual impacto direto sobre os obstáculos fornecidos ao turista para não poluir, mas devem, de qualquer forma, ser utilizados para fins ambientais.

Saliente-se, que a tributação do turismo sustentável, na sua vertente ambiental é uma forma de reverter as externalidades negativas ambientais do turismo, mas não altera o comportamento do turista. Porém, independentemente das repercussões económicas da implementação da tributação sobre o turismo sustentável, a caracterização do turista com predisposição para o pagamento de uma taxa ambiental revela uma sensibilidade à problemática e consciência da necessidade de mudança comportamental.

#### **1.4.0 perfil do turista e a predisposição para pagar uma taxa ambiental**

A predisposição de pagar é, pois, uma questão que se coloca em destinos sustentáveis. O investimento ou a sustentabilidade envolvem custos mais elevados para o destino e, portanto, um aumento no preço para a procura. Por outro lado, esse compromisso com a sustentabilidade melhora a eficiência e revela-se como uma estratégia de diferenciação. A sustentabilidade é um elemento diferenciador que incrementa a competitividade do destino, tornando possível oferecer um valor superior ao nível de concorrência perfeita, incrementando o rendimento social do turismo (López-Sánchez & Pulido-Fernández, 2017).

Assim, a sustentabilidade pode ser percebida em torno de teorias de atitude individual, comportamento e escolha. Hall (2013) afirma que este paradigma dominante favorece certas abordagens comportamentais sobre o turismo sustentável.

Estes estudos são relevantes ferramentas de gestão turística e ambiental e abrangem uma complexidade de elementos que integram a cadeia de decisão.

Neste sentido, Taylor, Fredotovic, Povh e Markandya (2003) avaliaram a disposição de pagar pela qualidade ambiental na ilha de Hvar, concluindo que a maioria dos turistas estaria disposta a contribuir para melhorar o meio ambiente. Consequentemente, a disposição de pagar é um instrumento económico para a gestão sustentável do turismo, especialmente, em destinos que procuram um modelo sustentável de negócio, como elemento diferenciador no mercado (Birdir Ünal, Birdir & Williams, 2013).

Alguns estudos analisaram a predisposição de pagar dos turistas sobre questões relacionadas com a conservação e proteção de áreas naturais (Casey, Brown & Schuhmann, 2010 e Subade & Francisco, 2014). Na verdade, os recursos naturais e os benefícios resultantes de um usufruto direto destes recursos tem um valor económico e social substancial, não se podendo esquecer a importância da preservação da biodiversidade (Subade & Francisco, 2014). Kang, Stein, Heo e Lee (2012) mostraram que existe uma relação positiva entre a realização de atividades conexas com a natureza e a vontade de pagar uma taxa verde. Para analisar esta questão, na presente investigação, é formulada a seguinte hipótese: “O turista que realiza mais atividades conexas com a natureza têm maior PPIA” (H5).

Foram ainda analisados estudos que confirmam que os antecedentes culturais e outros atributos pessoais, bem como a educação social, influenciam as expectativas, comportamentos e preferências por determinados produtos e atividades (Archer & Fletcher, 1996; Wong & Law, 2003).

Outros estudos têm potencializado a perspectiva dos residentes, veja-se, a este título o estudo de Bestard e Nadal (2007), em que os impactos negativos relacionados à floresta não foram atribuídos ao turista, mas à autoridade pública, que não realiza uma efetiva gestão do parque natural.

A este respeito, o turista, como elemento chave do sistema turístico, é crucial para progredir em direção ao turismo sustentável. A literatura indica que o comportamento turístico sustentável é hoje um campo de estudo próspero (Weeden, 2013).

Assim a compreensão e análise das características do turista que está disposto a pagar por um turismo sustentável são fatores determinantes para o desenvolvimento do investimento na sustentabilidade. Em bom rigor, a procura de características comuns e transversais a este turista que se interessa pela minimização das externalidades e preservação do ambiente é essencial para diferenciar o destino. A

sustentabilidade nos destinos revela uma conexão plena com o comportamento e predisposição do turista (Su & Swanson, 2017).

Neste sentido, Dolnicar, Crouch & Long (2008), estudaram variáveis sociodemográficas consideradas como características de proeminência comportamental como a idade, gênero, educação, rendimento e orientação política. Assim, a consciência ambiental tem sido avaliada em diferentes parâmetros de forma a posteriormente serem estudados e reconhecidos determinados perfis. No que concerne à idade e ao gênero existem estudos que relacionam estas variáveis com comportamentos diretamente relacionados com predisposição em prol da sustentabilidade ambiental (Dolnicar, 2010). Para averiguar esta questão são formuladas as hipóteses seguintes: “O turista de gênero feminino tem maior PPIA” (H1) e “O turista com mais idade revela maior PPIA” (H4).

O rendimento elevado também é associado ao comportamento ambiental em conformidade com estudos empíricos (Clever & Muller, 2002). Neste âmbito é formulada a hipótese seguinte: “O turista com rendimentos mais elevados tem maior PPIA” (H2).

O efeito da educação é geralmente positivamente relacionado com a consciência ambiental, embora alguns estudos revelem que nem sempre este fator é relevante, sendo por vezes não significativo Dolnicar (2010). Para avaliar esta questão é formulada a seguinte hipótese: “O turista com maior nível educacional apresenta maior PPIA” (H3).

Outros estudos focam-se na associação de valores pessoais como o altruísmo e a afinidade emocional com a natureza com comportamentos positivamente conexionados com a sustentabilidade ambiental (Dolnicar, 2010). Na verdade, algumas pesquisas sugerem que independentemente da orientação de valores, deve existir uma empatia com a natureza e os ideais de sustentabilidade (Adongo, Taale & Adam, 2018, e Font, Garay, & Jones, 2016). De salientar, assim, a doação para organizações não-governamentais, que no nosso estudo pretendemos, também avaliar. Para isso é formulada mais uma hipótese de investigação: “O turista que faz mais doações para ONG têm maior PPIA” (H6).

Na verdade, a idade e o gênero, também podem ser positiva ou negativamente associados com a consciência ecológica (Mehmetoglu, 2010). Desta forma, a avaliação da disposição de pagar um imposto que permita a conservação ambiental do local de destino é um instrumento de gestão com implicações nas reformas públicas do turismo e na avaliação e decisão da indústria hoteleira com reflexo direto no lucro.

Com este estudo pretende-se averiguar quais são as características dos turistas com vontade de pagar pela conservação e proteção da natureza, traduzindo-se este conhecimento num instrumento eficaz para a gestão e controlo do imposto. Este conhecimento apresenta, ainda, vantagens para a gestão hoteleira que pretenda investir no segmento do ecoturismo, domínio em que esta área começou a ser estudada (Dolnicar, 2010).

O objeto do presente estudo consiste em caracterizar o turista com e sem PPIA na área protegida do PNSE. Tendo em conta que a literatura define o turista sustentável como alguém com consciência, é um visitante na cultura, na sociedade, no meio ambiente e na economia de outrem e respeita essa característica única das viagens (Dinan & Sargeant, 2000).

A análise destas temáticas tem importantes implicações políticas ao nível da avaliação do seu impacto na procura e na tomada de decisão em política fiscal (Oom do Valle, Pintassilgo, Matias & André, 2012). A manifestação de determinados comportamentos, que se evidenciam no perfil do turista sustentável é importante para o estabelecimento de um imposto ambiental e para alguma administração hoteleira que pretenda uma diferenciação relacionada com a sustentabilidade verde.

Em resumo, as questões em análise são complexas e ainda não totalmente compreendidas, sendo relevante a elaboração de novos estudos.

## 2. Estudo Empírico

### 2.1. Questões e Hipóteses de investigação

Como já vimos, este estudo tem como objetivos definir o perfil do turista do PNSE e analisar a sua predisposição para pagar um imposto de alojamento adicional, para a conservação da natureza na área protegida do Parque Natural da Serra da Estrela. A função do imposto seria exclusivamente para proteção do parque natural, incluindo a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. À semelhança de outros trabalhos este estudo é desenvolvido em Portugal (Oom do Valle, Pintassilgo, Matias & André, 2012), num parque natural que apresenta diversas exigências no âmbito da conservação ambiental.

As hipóteses de investigação sugeridas para objeto do presente estudo evidenciam o propósito de retorquir à problemática patenteada no presente trabalho e são apresentadas em seguida (Tabela 1).

**Tabela I - Questões e Hipóteses de Investigação**

Questões de Investigação	Hipóteses de Investigação	Tratamento estatístico
1 - Qual o perfil do turista do PNSE?		Análise descritiva Análise univariada e bivariada
2 - Estarão os turistas não residentes sensibilizados para as temáticas ambientais e dispostos a pagar uma taxa de imposto adicional designada para efeitos de sustentabilidade do PNSE?	H1: "O turista de género feminino tem maior PPIA" H2: "O turista com rendimentos mais elevados tem maior PPIA." H3: "O turista com maior nível educacional apresenta maior PPIA" H4: "O turista com mais idade revela maior PPIA" H5: "O turista que realiza mais atividades conexas com a natureza tem maior PPIA" H6: "O turista que faz mais doações para ONG têm maior PPIA"	Tabelas de contingência e Teste do Qui-Quadrado Teste de Mann-Whitney. Teste paramétrico T

## **2.2. Delimitação e caracterização da área de pesquisa e amostra**

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Floresta, o PNSE é uma região paradigmática. O Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho classificou o maciço da Estrela como Parque Natural, referindo tratar-se de “uma região de característica economia de montanha onde subsistem refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional”. O PNSE compreende o ponto mais alto de Portugal continental e parte importante de três bacias hidrográficas, Douro, Tejo e Mondego. O PNSE abrange o essencial do maciço da Estrela, estendendo-se por território dos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia. O PNSE, com 88.850 hectares, acolhe uma paisagem variada, mosaico de habitats, conjugando elementos representativos de diversas regiões biogeográficas.

## **2.3. Metodologia de Investigação**

O presente estudo empírico pretende seguir uma abordagem objetivista, aplicando o método dedutivo de investigação, para tanto baseia-se em modelos construídos a partir de resultados acumulados de investigações prévias, com indicadores quantitativos.

Para a realização da presente pesquisa foi escolhido como informador chave foi escolhido o turista não residente, e foi definida uma amostra composta por turistas não residentes que frequentaram o PNSE, na área geográfica sobredita, durante as estações de inverno e verão no ano de 2018.

Esta investigação tem um propósito descritivo, evidenciando o relacionamento entre a variável dependente e os atributos. Neste sentido a nossa análise será quantitativa e incidirá sobre dados recolhidos através de um inquérito por questionário.

O inquérito decorreu em duas fases distintas. Uma primeira fase de recolha de dados ocorreu durante os meses de abril e maio de 2018, correspondendo ao período definido como de Inverno. Durante este período é praticada no PNSE uma atividade turística direcionada para a prática desportiva ou de lazer relacionada com a neve. A segunda fase de recolha de dados ocorreu durante os meses de julho e agosto de 2018, correspondendo a um período de prática de atividades turísticas de verão.

O inquérito foi aplicado a turistas não residentes que se deslocaram durante o espaço temporal definido às localidades de Guarda, Covilhã, Belmonte, Unhais da Serra e Penhas da Saúde, onde se encontram hotéis, restaurantes e centros de turismo aos quais recorrem os turistas do PNSE.

O questionário objetivou algumas características sociodemográficas e atividades frequentes do turismo no PNSE. Desta forma, dividimos o questionário em três partes, a primeira referente a características sociodemográficas dos turistas; o segundo sobre as atividades realizadas no PNSE, motivos da escolha do destino e vontade de regressar e a terceira sobre a vontade de pagar uma taxa adicional no alojamento para à proteção ambiental do PNSE, assim como, em caso afirmativo qual seria o valor que estaria disposto a pagar.

Segundo Parasuraman (1991), um questionário é um conjunto de questões, com o propósito de obter os dados necessários para se atingir os objetivos do estudo. A opção pelo inquérito por questionário fundamentou-se no facto de alcançar um grande número de inquiridos (Gillham, 2008) e possibilitar a verificação das hipóteses formuladas. O questionário antes de ser submetido foi revisto, testado e validado. Para tanto, foram consultadas pessoas do meio académico e foi feito um pré teste com alguns turistas. Depois de ligeiros ajustamentos ao documento foi lançado o inquérito por questionário.

O questionário foi aplicado uniformemente nas localidades e períodos selecionados, tendo incidido em hotéis e restaurantes, pois são locais onde se encontram inevitavelmente turistas, atendendo á abrangência do PNSE e à diversidade de atividades que oferece. Participaram no estudo pessoas com idade superior a 18 anos e foram recolhidos 193 questionários válidos.

## **2.4. Análise de Dados**

Os 193 questionários válidos foram tratados através do SPSS (Statistical Package for Social Sciences), versão 25.0. Neste estudo, a variável dependente PPIA é uma variável binária com escala de resposta sim ou não, que mensura os comportamentos dos turistas não residentes. As variáveis independentes são definidas pelas características sociodemográficas, bem como pela motivação e atividades selecionadas, podendo adotar a forma de variáveis nominais ou ordinais.

Para comparar a distribuição de proporções sobre variável dependente de tipo qualitativo, entre grupos independentes, recorreremos ao teste não paramétrico de homogeneidade qui-quadrado.

O qui- quadrado preenche os pressupostos de análise estatística para efeitos do objetivo do presente estudo, uma vez que possibilita discriminar segmentos, encontrando aquele que revela a relação mais forte com a variável dependente (Legohérel, 1998). Por outro lado, permite classificar estatisticamente novas observações nos segmentos avaliados (Legohérel & Wong, 2006). O qui-quadrado também indica o índice de um dado segmento, ou seja, em que medida a disposição do segmento de pagar a taxa adicional é maior do que o total da pontuação média. Os índices são muito úteis para identificar os segmentos-alvo (Kim, Timothy & Hwang (2011).

Não obstante, para a análise de dois grupos independentes - variável independente qualitativa nominal dicotômica - relativamente a uma variável dependente de tipo qualitativo ordinal, qualidades atribuídas às variáveis em estudo - o rendimento e o nível educacional, será utilizado o teste não paramétrico de Mann-Whitney. O teste de Mann-Whitney compara as distribuições, através da média das ordens. Neste teste estatístico as variâncias das duas amostras são agrupadas para obter a melhor estimativa das variâncias das duas populações. A confirmação da hipótese nula do teste U de Mann-Whitney ( $H_0$ ) estipula que os dois grupos independentes são homogêneos e têm a mesma distribuição.

Este teste permite um apuramento da extensão das possíveis diferenças entre as médias das populações de forma mais influente que o teste T quando está associada a uma pequena variância (Zimmerman, 1987)

Por fim, para a comparação de médias entre dois grupos independentes relativamente a uma variável dependente de tipo quantitativo, do qual é expoente a idade, foi utilizado o teste paramétrico T para amostras independentes. Atendendo à dimensão da amostra, assumiu-se a normalidade das distribuições através do Teorema do Limite Central. A homogeneidade de variâncias foi testada através do teste de Levene, sendo aplicada a correção de Welch ao Teste T quando as amostras não revelaram homogeneidade de variâncias. Uma vez que se as variações não forem homogêneas, conduzirá à rejeição da suposição de distribuições iguais (Zimmerman, 1987).

Na verdade, quando o tamanho da amostra é semelhante ou quando esta apresenta menor variância, o teste T é mais poderoso na verificação das possíveis diferenças (Zimmerman, 2000).

Na presente análise, e para efeitos de caracterização da amostra procedemos à análise descritiva, univariada e bivariada. Posteriormente, proceder-se-á a uma análise mais específica dos testes realizados.

### **3. Resultados empíricos e sua discussão**

#### **3.1. Caracterização da amostra**

Quanto ao género, atendendo aos resultados decorrentes dos 193 inquiridos (Tabela II), verificámos que 48.7% são do sexo feminino, e 51.3% do sexo masculino, dispondo-se de uma amostra homogênea ao nível do género, conforme se visualiza no Gráfico I (Apêndice).

**Tabela II**  
**Distribuição dos inquiridos por género**

	Frequência	Percentagem
Feminino	94	48.7
Masculino	99	51.3
Total	193	100.0

No que respeita à idade e em conformidade com o disposto na Tabela III, cumpre-nos evidenciar que os inquiridos apresentam idades entre os 18 e os 76 anos, com uma média de 40.68 anos (DP=13.721). Na verdade, em termos de percentagem, avaliamos que 25% têm idade até 30 anos, 50% até 37 anos e 75% até 47.50 anos. Note-se que 50% de inquiridos, com idades intermédias, apresentam entre 30 e 47.5 anos, existindo 2 inquiridos com idades *outliers* - acima do padrão da amostra - nomeadamente, superior a 73.75 anos, em consonância com o Gráfico II (Apêndice).

**Tabela III**  
**Idade dos inquiridos (em anos)**

Media	40.68
Desvio padrão	13.721
Mínimo	18
Máximo	76
Percentil 25 (Q1)	30.00
Percentil 50 (Mediana)	37.00
Percentil 75 (Q3)	47.50

Relativamente à nacionalidade, como verificámos na Tabela IV que a nacionalidade mais frequente entre os inquiridos é a portuguesa, representando 71.5% da amostra. A amostra é, em termos de representação maioritária, ainda composta por espanhóis (8.8%), brasileiros (5.7%) e holandeses (5.2%). A visualização desta interpretação é patenteada no Gráfico III (Apêndice).

**Tabela IV**  
**Nacionalidade dos inquiridos**

	Frequência	Porcentagem
Portuguesa	138	71.5
Espanhola	17	8.8
Brasileira	11	5.7
Holandesa	10	5.2
Angolana	7	3.6
Alemã	5	2.6
Francesa	4	2.1
Moçambicana	1	.5
Total	193	100.0

No que concerne às habilitações literárias, com a interpretação da Tabela IV, analisámos que 57% dos inquiridos tem habilitações ao nível do ensino superior. Em termos de percentagem, os inquiridos com o ensino secundário (12.ºano), revelando 31.1% da amostra, são o segundo grupo mais representativo. As habilitações menos representadas entre os inquiridos são o 3º ciclo do ensino básico (5.7%), 2º ciclo do ensino básico (5.2%) e 1º ciclo do ensino básico (1%).

**Tabela V**  
**Habilitações Literárias dos inquiridos**

	Frequência	Porcentagem
Ensino Superior	110	57.0
Ensino Secundário (12º ano)	60	31.1
3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	11	5.7
2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	10	5.2
1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	2	1.0
Total	193	100.0

Quanto ao estado civil, segundo o exposto na Tabela VI, a maioria dos inquiridos são casados (56%), verificando-se ainda uma elevada representação na amostra de inquiridos solteiros (33.2%). O estado civil menos representado é a união de fato (6.2%), divorciado (3.1%) e viúvo (1.6%).

**Tabela VI Estado Civil dos inquiridos**

	Frequência	Porcentagem
Casado(a)	108	56.0
Solteiro	64	33.2
União de facto	12	6.2
Divorciado(a)	6	3.1
Viúvo(a)	3	1.6
Total	193	100.0

Na análise da Tabela VII, A amostra apresenta uma proporção similar de inquiridos com rendimentos mensais mais baixos, nomeadamente inferiores a 1000€ mensais (22,8%), médios, entre 1000€ e 1499€ mensais (22,3%) e rendimentos mais elevado, rendimento superior a 2500€, com uma representação de 23.8% dos inquiridos. Os escalões de rendimentos menos representados são os que se classificam entre os 1500€ a 1999€ mensais (14%) e entre 2000€ a 2499€ mensais (17.1%).

**Tabela VII  
Rendimento Médio Mensal**

	Frequência	Porcentagem
<1000€	44	22.8
1000€ - 1499€	43	22.3
1500€ - 1999€	27	14.0
2000€ - 2499€	33	17.1
> 2500€	46	23.8
Total	193	100.0

A caracterização da amostra no que se reporta ao agregado familiar, em consonância com o representado na Tabela VIII demonstra que o agregado familiar dos inquiridos, representado por 23.3% é composto por só uma pessoa e com uma proporção de 33.2%, a situação mais frequente na amostra, é composto por 2 pessoas. O Gráfico IV (Apêndice) expõe figurativamente a interpretação enunciada.

**Tabela VIII**  
**Dimensão do Agregado Familiar**

	Frequência	Porcentagem
1	45	23.3
2	64	33.2
3	50	25.9
4	28	14.5
5	6	3.1
Total	193	100.0

Por último, conforme a Tabela IX, cumpre-nos evidenciar que os resultados do questionário revelam que 57% dos inquiridos frequentaram o PNSE no verão e 43% no inverno. O Gráfico V (Apêndice) possibilita uma apreensão visual da sobredita interpretação.

**Tabela IX**  
**Distribuição dos inquiridos por estações do ano**

	Frequência	Porcentagem
Inverno	83	43.0
Verão	110	57.0
Total	193	100.0

### **3.2 Análise comparativa entre grupos (turista de inverno/verão)**

Na presente secção proceder-se-á a uma avaliação das diferenças no perfil e nas características do turista de verão e de inverno, bem como as eventuais comparações relativamente às práticas, predisposições, atividades e motivações (Tabela x). Assim, em conformidade com a análise da Tabela XI, verificámos que para 59,6% dos inquiridos, não é a primeira vez que visitam o PNSE. Nos turistas de Inverno, verifica-se que 69,9% não visitam o PNSE pela primeira vez e de verão 51,8%. Esta diferença de proporções é estatisticamente significativa ( $\chi^2_{(1)}=5.680$ ;  $p=0.011$ ), podendo-se afirmar que os turistas de inverno regressam ao PNSE com mais frequência que ao turistas de verão ( Tabela X).

Tabela X

Teste do qui-quadrado de comparação de distribuições entre estações do ano relativamente a práticas, predisposições, atividades e motivações face ao PNSE

Estação *	Qui- quadrado	g.l.	P
Primeira vez no PNSE	5.680	1	0.011*
Pensa regressar nos próximos anos	2.677	1	0.102
Costuma fazer doações para ONG	1.410	1	0.235
PPIA	0.033	1	0.855
Principais atividades Caminhar	22.151	1	0.000***
Principais atividades Recreativas	1.130	1	0.288
Principais atividades Desporto	3.036	1	0.081
Principais atividades Nada	0.002	1	0.962
Principais atividades Outras	3.299	1	0.069
Motivação Proximidade	15.247	1	0.000***
Motivação Paisagem e Ambiente	2.677	1	0.102
Motivação PNSE: Outras	.000	1	1.000

\* Significativo para  $p=0.05$     \*\*\* Significativo para  $p=0.001$   
 $(\chi^2(1)=22.151; p=0.000)$

Tabela XI

Frequência do PNSE pela primeira vez, por estação do ano/ tipo de turista

Estação		Primeira vez PNSE		Total
		Não	Sim	
Inverno	Frequência	58	25	83
	Percentagem	69.9%	30.1%	100.0%
Verão	Frequência	57	53	110
	Percentagem	51.8%	48.2%	100.0%
Total	Frequência	115	78	193
	Percentagem	59.6%	40.4%	100.0%

Quanto à interpretação da Tabela XII, verifica-se que quase todos os inquiridos (90.7%) pensam regressar ao PNSE nos próximos anos. Dos turistas de Inverno, 90.4% manifestam esta intenção e dos de verão 90.9%, não sendo a diferença estatisticamente significativa (Tabela X).

**Tabela XII**  
Intenção de regresso ao PNSE, por estação do ano/ tipo de turista

		Pensa regressar			
		Não	Sim	Total	
Estação	Inverno	Frequência	8	75	83
		Percentagem	9.6%	90.4%	100.0%
	Verão	Frequência	10	100	110
		Percentagem	9.1%	90.9%	100.0%
Total	Frequência		18	175	193
	Percentagem		9.3%	90.7%	100.0%

Os resultados apresentados na tabela XIII mostram que existem diferenças estatisticamente significativas (Tabela X) nos gastos diários efetuados no PNSE entre turistas de verão e de inverno ( $U=2879.500$ ;  $p=0.000$ ). Os turistas de inverno tendem a efetuar gastos diários no PNSE (Rank médio=117.31) significativamente superiores aos turistas de verão (Rank médio=81.68). Ou seja, o turista de verão gasta menos no PNSE do que o turista de inverno e a diferença é estatisticamente significativa (Tabela XIII).

**Tabela XIII**  
Teste de Mann-Whitney de comparação de gastos/dia entre turistas de verão e de inverno

Amostra	PPIA	N	Rank médio	U Mann-Whitney	P
Total	Inverno	83	117.31	2879.500	0.000*
	Verão	110	81.68		

\*\*\* Significativo para  $p < 0.001$

Para analisar o grau de altruísmo do turista e o seu impacto na PPIA, foi elaborada a tabela XIV, verifica-se que apenas 44% dos inquiridos fazem doações para ONG. Esta percentagem é ligeiramente superior no caso dos turistas do verão (48,2%). Mas a diferença não é estatisticamente significativa (Tabela X).

**Tabela XIV**  
Doações a ONG, por estação do ano/ tipo de turista

		Costuma fazer doações para ONG			
			Não	Sim	Total
Estação	Inverno	Frequência	51	32	83
		Percentagem	61.4%	38.6%	100.0%
	Verão	Frequência	57	53	110
		Percentagem	51.8%	48.2%	100.0%
Total		Frequência	108	85	193
		Percentagem	56.0%	44.0%	100.0%

Pela análise da Tabela XV, verifica-se que a maioria dos inquiridos (60.1%) dos inquiridos revelam PPIA em benefício do PNSE. Entre os turistas de Inverno, 61.4% manifestam esta predisposição e entre os turistas de verão 59.1%.

**Tabela XV**  
Predisposição para pagar uma taxa/ imposto adicional, por estação do ano/ tipo de turista

		PPIA			
			Não	Sim	Total
Estação	Inverno	Frequência	32	51	83
		Percentagem	38.6%	61.4%	100.0%
	Verão	Frequência	45	65	110
		Percentagem	40.9%	59.1%	100.0%
Total		Frequência	77	116	193
		Percentagem	39.9%	60.1%	100.0%

Para averiguar qual o valor da taxa que os turistas estariam dispostos a pagar foi elaborada a Tabela XV. Verifica-se que existem diferenças significativas entre turistas de verão e de inverno, relativamente ao valor da taxa que os turistas estariam dispostos a pagar ( $T(67.527) = 3.144; p = 0.002$ ). Os turistas de inverno (média=3.038) revelam uma predisposição para pagar uma taxa mais elevada que os turistas de verão (média=1.615). Ou seja, os turistas de inverno estão dispostos a pagar um imposto adicional significativamente mais elevado que os turistas de verão, sendo a diferença estatisticamente significativa (Tabela XVI).

Tabela XVI

Teste T de comparação de médias entre turistas relativamente ao valor do imposto/taxa adicional que estariam dispostos a pagar no PNSE (€)

Amostra	PPIA	N	Média	Desvio padrão	T	g.l.	P
Total	Inverno	51	3.038	2.978	3.144	67.527	0.002**
	Verão	65	1.615	1.411			

\*\* Significativo para  $p < 0.01$

Neste estudo procurou-se averiguar o que procura um turista quando se desloca ao PNSE. Pela análise da Tabela XVII, verifica-se que 60.6% dos inquiridos manifestam que a caminhada é uma das principais atividades que realizam no PNSE. Uma análise por estação/tipo de turista permite verificar que 75.5% dos turistas de verão salientam que a caminhada é uma atividade que desenvolvem no PNSE e, somente para 41% dos turistas de inverno a caminhada assume essa preferência. Consta-se que a diferença de proporções observadas é estatisticamente significativa (Tabela X), podendo-se afirmar que os turistas de verão procuram significativamente mais o PNSE para fazer caminhadas do que os turistas de inverno.

Quanto às atividades recreativas podemos concluir que 38.6% dos turistas de inverno e 47.3% dos de verão procuram estas atividades no PNSE (Tabela XVII). Não sendo a diferença estatisticamente significativa (Tabela X).

Embora, a prática de desportos não seja a atividade preferida dos turistas do PNSE, é procurada por apenas 41, 5% dos turistas, ela não deixa de ter um peso significativo sendo procurada por 47,3% dos turistas de verão e 33,7% dos turistas de inverno (Tabela XVII).

A opção por não fazer nada é apenas escolhida por 10% dos inquiridos.

As outras atividades identificadas pelos inquiridos como razões para frequentarem o PNSE foram o estar em família (0.5%), fazer fotografia (0.5%), o relaxar (0.5%), o contacto com a natureza (0.5%) e o convívio com os amigos (0.5%). Todas estas atividades foram referenciadas somente por turistas de inverno, representando cada opção 1.2% dos inquiridos de inverno.

**Tabela XVII**  
**Atividades no PNSE, por estação/ tipo de turista**

Atividades		Verão		Inverno		Total	
		Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<b>Caminhar</b>	Frequência	27	83	49	34	76	117
	Porcentagem	24.5%	75.5%	59.0%	41.0%	39.4%	60.6%
<b>Atividades Recreativas</b>	Frequência	58	52	51	32	109	84
	Porcentagem	52.7%	47.3%	61.4%	38.6%	56.5%	43.5%
<b>Desporto</b>	Frequência	58	52	55	28	113	80
	Porcentagem	52.7%	47.3%	66.3%	33.7%	58.5%	41.5%
<b>Não fazer nada</b>	Frequência	98	12	75	8	173	20
	Porcentagem	89.1%	10.9%	90.4%	9.6%	89.6%	10.4%
<b>Outras</b>	Frequência	110	0	79	4	189	4
	Porcentagem	100.0%	0.0%	95.2%	4.8%	97.9%	2.1%

No que respeita às razões que levam os turistas a visitar o PNSE, observámos na tabela XVIII que a maioria dos inquiridos (67.4%) não vem por razões de proximidade com o PNSE. A interpretação da tabela permite verificar que para 83.1% dos turistas de inverno e 55.5% dos de verão a proximidade não é uma motivação para a frequência do PNSE, sendo, de acordo com os testes praticados na tabela X, esta diferença estatisticamente significativa ( $\chi^2_{(1)}=15.247$ ;  $p=0.000$ ), concluindo-se que a proximidade não é uma motivação dos turistas de inverno para visitarem o PNSE. Contudo, podemos também afirmar que no verão os turistas da região visitam significativamente mais o PNSE do que os turistas de fora da região, que por sua vez, preferem a região no inverno.

Na globalidade, verifica-se que 91.2% dos inquiridos, revelam como motivação para frequência do PNSE a paisagem e o ambiente. Esta é uma manifestação de 86.7% dos turistas de inverno e de 94.5% dos de verão, podendo afirmar-se que desfrutar da paisagem e do ambiente é uma das principais razões para os turistas de inverno e de verão frequentarem o PNSE.

Por fim, na presente análise comparativa, verificámos que 94.8% dos inquiridos não apresenta outras motivações para frequentar o PNSE, representando esta proporção 95.2% dos turistas de inverno e 94.5% dos de verão. As outras motivações identificadas pelos inquiridos para frequentarem o PNSE foram o estar em família (2.6%), convívio com os amigos (1%), a neve (1%) e o desporto (0.5%).

Os turistas de inverno 1.2% referiram o estar em família, 2.4%, a neve e 1.2%, o desporto. Dos de verão, 3.6% referiram o estar em família e 1.8% o convívio com os amigos.

**Tabela XVIII**  
**Razões para visitar o PNSE, por estação / tipo de turista**

Razões		Verão		Inverno		Total	
		Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Proximidade	Frequência	61	49	69	14	130	63
	Percentagem	55.5%	44.5%	83.1%	16.9%	67.4%	32.6%
Paisagem e Ambiente	Frequência	6	104	11	72	17	176
	Percentagem	5.5%	94.5%	13.3%	86.7%	8.8%	91.2%
Outras	Frequência	104	6	79	4	183	10
	Percentagem	94.5%	5.5%	95.2%	4.8%	94.8%	5.2%

Concluindo a presente análise comparativa dos turistas de verão e inverno, significativa para eventuais linhas de investigação futura, no âmbito da política fiscal e turística, verificámos diferenças significativas de comportamento no turista de inverno e de verão. Na verdade, apurámos que quase todos os turistas pensam regressar ao PNSE, embora os turistas de inverno regressem ao PNSE com mais frequência que ao turistas de verão, perpetuando a sua fidelidade à região.

Por outro lado, o turista de verão gasta menos no PNSE do que o turista de inverno, o que se manifesta na PPIA, os turistas de inverno estão dispostos a pagar um imposto adicional significativamente mais elevado que os turistas de verão.

Os turistas do PNSE apresentam como principal razão para a visita o desfrutar da paisagem e do ambiente, sendo que a proximidade não é uma motivação dos turistas de inverno para visitarem o PNSE, assim, no verão os turistas da região visitam significativamente mais o PNSE do que os turistas de fora da região, que por sua vez, preferem a região no inverno.

Esta diferença revela-se, também, nas atividades desenvolvidas no PNSE, sendo que podemos afirmar que os turistas de verão procuram significativamente mais o PNSE para fazer caminhadas do que os turistas de inverno.

### 3.3. Testes de Hipóteses

#### 3.3.1. Os turistas de género feminino têm maior PPIA

Para averiguar a influência do género na PPIA foi com base na literatura formulada a hipótese 1. Para testar a homogeneidade ou diferenças de distribuição de proporções sobre uma variável dependente de tipo qualitativo, entre grupos independentes, conforme se revela com o género, ou seja, variável independente qualitativa nominal, recorreremos ao teste não paramétrico de homogeneidade qui-quadrado, cuja fundamentação teórica foi explana anteriormente. Para tanto, foram validadas as condições de aplicação para a realização deste teste (-20% das células com frequências esperadas <5 e nenhuma frequência esperada <1) e conseqüentemente aplicada a correção de continuidade no caso de tabelas 2x2, ou quando as mesmas não se verificaram, utilizado o teste de Fisher.

Estatisticamente, pretende-se testar se a proporção de respostas positivas na amostra feminina é significativamente superior às respostas na amostra masculina. Para o efeito irá utilizar-se o teste de homogeneidade do qui-quadrado (com correção de continuidade por que se tem uma tabela 2 x 2 - 2 categorias sexo x 2 categorias Sim/Não).

As hipóteses estatísticas a testar consubstanciam-se, estatisticamente, da seguinte forma:

H0: Não existem diferenças significativas entre a opinião de homens e mulheres (% sim mulheres = % sim homens).

H1: Existem diferenças significativas entre a opinião de homens e mulheres (% sim mulheres  $\neq$  % sim homens).

A relevância estatística, transfigura-se no nível de significância de  $\alpha=0,05$ , assim, se  $p \geq 0,05$  não se rejeita H0, pelo que consideramos que existem diferenças significativas entre a distribuição da opinião de homens e mulheres (% sim mulheres = % sim homens). Contrariamente, se  $p < 0,05$  Rejeita-se H0, julgamos que não existem diferenças significativas entre a distribuição da opinião de homens e mulheres e comentam-se as diferenças de % de respostas positivas em relação à PPIA entre as mulheres e os homens.

Neste sentido, foram concebidos três testes do qui-quadrado. O primeiro relativo à amostra total, outro só com a amostra referente aos inquiridos na estação do inverno e outra só com os questionários recolhidos durante o verão.

Os graus de liberdade (gl) são o número de categorias da VD -1 (2-1) x número de categorias da VI -1 (2-1), ou seja  $1 \times 1 = 1$ . O valor da estatística do qui-quadrado ( $\chi^2$ ) corresponde ao p ou p-valor configurado pelo SPSS.

Tabela XIX

Teste do qui-quadrado de comparação de distribuições entre géneros relativamente à PPIA

Género * PPIA	N	Qui-quadrado	g.l.	P
Total	193	3.111	1	.078
Amostra Inverno	83	0.044	1	.834
Verão	110	3.761	1	.052*

\* Marginalmente significativo para  $\alpha=0.05$ 

Considerando os valores atinentes à amostra total, 53.2% dos inquiridos do sexo feminino responderam positivamente ao pagamento de uma taxa adicional, sendo que 66.7%, do sexo masculino o fizeram também (Tabela A do Apêndice). Observa-se assim uma maior proporção de inquiridos do sexo masculino com PPIA. Esta diferença, não é no entanto, estatisticamente significativa ( $\chi^2_{(1)}=3.111$ ;  $p=0.078$ ), podendo afirmar-se que homens e mulheres não apresentam diferenças estatisticamente significativas na PPIA em benefício do PNSE. Pelo que a hipótese H1 não é confirmada.

Relativamente aos dados recolhidos na estação de inverno, 59% dos inquiridos do sexo feminino responderam de forma positiva ao pagamento de um imposto/taxa adicional, enquanto os inquiridos do sexo masculino afirmaram a intenção de pagamento na proporção de 63.6%. Verificámos, assim uma maior proporção de inquiridos do sexo masculino com predisposição para o pagamento de uma taxa adicional (Tabela B do Apêndice). Esta diferença (Tabela XIX), não é no entanto estatisticamente significativa ( $\chi^2_{(1)}=0.044$ ;  $p=0.834$ ).

No que se refere aos elementos recolhidos durante o verão, 49.1% dos inquiridos do sexo feminino responderam positivamente ao pagamento de um imposto/taxa adicional enquanto os inquiridos do sexo masculino revelaram a percentagem de 69.1%. Examina-se, assim, uma maior proporção de inquiridos do sexo masculino com predisposição para o pagamento de um imposto/taxa adicional (Tabela C do Apêndice). Esta diferença é marginalmente significativa ( $\chi^2_{(1)}=3.761$ ;  $p=0.052$ ), observando-se somente nos turistas de verão do PNSE (Tabela XIX). A hipótese H1 não é confirmada, sendo que na amostra do verão, existem indícios que esta relação, relativa ao género masculino se possa comprovar, carecendo, contudo, esta afirmação de uma forte sustentação científica. O que vem comprovar a relação dúbia entre o género e a consciência ambiental salientada por alguns autores (Dolnicar, Crouch & Long, 2008, Dolnicar, 2010 e Mehmetoglu, 2010).

### 3.3.2. Os turistas com rendimentos mais elevados tem maior PPIA

Para a análise e comparação entre dois grupos independentes - variável independente qualitativa nominal dicotómica - relativamente a uma variável dependente de tipo qualitativo ordinal, como é classificado o rendimento, será utilizado o teste não paramétrico de Mann-Whitney. Saliente-se, que se pretende comparar os rendimentos dos inquiridos em função da sua PPIA em benefício do PNSE (resposta sim e não). O teste de Mann-Whitney compara as distribuições, através da média das ordens. As hipóteses são as seguintes: H0: Inquiridos com predisposição apresentam a mesma distribuição de rendimentos que os sem predisposição e H1: Inquiridos com predisposição apresentam uma distribuição de rendimentos diferente dos sem predisposição. O nível de significância é de  $\alpha=0,05$ , sendo que se  $p \geq 0,05$ , não se rejeita H0 e se  $p < 0,05$  rejeita-se H0.

Tabela XX

Teste de Mann-Whitney de comparação de rendimentos médios mensais entre inquiridos com e sem PPIA

Amostra	PPIA	N	Rank médio	U	
				Mann-Whitney	P
Total	Não	77	84.95	5393.500	0.013*
	Sim	116	105.00		
Inverno	Não	32	33.09	1101.000	0.006**
	Sim	51	47.59		
Verão	Não	45	51.93	1623.000	0.317
	Sim	65	57.97		

\* Significativo para  $p < 0.05$  \*\* Significativo para  $p < 0.01$

Atendendo aos resultados transpostos na tabela XX, verificam-se diferenças significativas no rendimento médio mensal entre inquiridos com e sem PPIA em benefício do PNSE na amostra total (U=5393.5;  $p=0.013$ ), e na amostra recolhida durante o inverno (U=1101;  $p=0.006$ ).

Na amostra total, os inquiridos com PPIA em benefício do PNSE apresentam rendimentos médios mensais (Rank médio=105) significativamente superiores ao dos inquiridos sem PPIA (Rank médio=84.95). Ou seja, comprova-se uma relação estatisticamente significativa entre o nível de rendimentos e a PPIA.

O mesmo sucede na amostra de inverno, onde os inquiridos com PPIA em benefício com o PNSE apresentam rendimentos médios mensais (Rank médio=47.59) significativamente superiores ao dos inquiridos sem PPIA (Rank médio=33.09). Contudo, podemos concluir que na amostra recolhida durante o verão, não se observa uma diferença significativa nos rendimentos médios mensais entre os inquiridos com e sem PPIA ( $p > 0.05$ ).

A hipótese H2 é confirmada, sendo-o, no entanto, relativamente aos dados provenientes dos questionários efetivados no inverno e em relação à amostra total, corroborando estudos empíricos que defendem que a consciência ambiental está associada a rendimentos mais elevados (Cleaver & Muller, 2002 ou Kang, Stein, Heo & Lee, 2012). Evidenciou-se que esta hipótese foi igualmente, testada com resultados preliminares e com recurso ao teste estatístico do qui-quadrado, obtendo-se os mesmos resultados (Alves & Silva, 2018).

### **3.3.3. Os turistas com maior nível educacional apresentam maior PPIA**

Na comparação do nível educacional dos inquiridos em função da sua predisposição para o pagamento de uma taxa/imposto no PNSE, foi efetuado o teste de Mann-Whitney para a comparação das distribuições, através da média das ordens. As hipóteses em avaliação estatística são as seguintes: H0: Inquiridos com predisposição apresentam a mesma distribuição de nível de habilitações que os sem predisposição e H1: Inquiridos com predisposição apresentam uma distribuição de nível de habilitações diferente dos sem predisposição (neste caso analisam-se os ranks médios, sendo que o grupo com maior rank médio é o que tende ter maiores rendimentos). O nível de significância é de  $\alpha=0,05$ .

Atendendo aos resultados expostos na Tabela D (Apêndice), não se observam diferenças significativas de níveis educacionais entre inquiridos com e sem predisposição para o pagamento de um imposto/taxa no PNSE, na amostra total, de inverno e de verão ( $p>0,05$ ). Assim, não se confirma a hipótese apresentada o que demonstra a volatilidade do efeito da educação na consciência ambiental (Dolnicar, Crouch & Long, 2008, Dolnicar, 2010).

De salientar que, esta hipótese, foi igualmente, testada em resultados preliminares e com recurso ao teste estatístico do qui-quadrado, com resultados semelhantes (Alves & Silva, 2018).

### **3.3.4. Os turistas com mais idade revelam maior PPIA**

Na comparação de médias entre dois grupos independentes relativamente a uma variável dependente de tipo quantitativo, foi utilizado o teste paramétrico T para amostras independentes. Apresentando as amostras dimensão superior a 30 casos, assumiu-se a normalidade das distribuições através da evocação do Teorema do Limite Central. A homogeneidade de variâncias foi testada através do teste de Levene, sendo aplicada a correção de Welch ao Teste T quando as amostras não revelaram homogeneidade de variâncias. No que respeita as hipóteses em consideração, verifica-se que H0: Média de idade dos PPIA sim = Média de idade dos PPIA não e H1: Média de idade dos PPIA sim  $\neq$  Média de idade dos PPIA não. O nível de significância de  $\alpha=0,05$ , sabendo que se  $p \geq 0,05$  não se rejeita H0

e se  $p < 0,05$  rejeita-se  $H_0$ . Os graus de liberdade - dimensão da amostra - número de grupos em comparação (2).

Atendendo à Tabela E (Apêndice), observámos que não existem diferenças significativas de idade dos inquiridos com e sem PPIA em benefício do PNSE, ao nível da amostra total, de inverno e de verão ( $p > 0,05$ ), as médias não são estatisticamente diferentes, pelo que não se confirma a hipótese em análise. Note-se que a presente hipótese, foi igualmente, testada com recurso ao teste estatístico de homogeneidade do qui-quadrado, com resultados idênticos (Alves & Silva, 2018).

### **3.3.5. Os turistas que realizam mais atividades conexas com a natureza têm maior PPIA**

Para analisar esta temática foram feitos testes de comparação de homogeneidade ou diferenças de distribuição de proporções sobre variável dependente de tipo qualitativo, entre grupos independentes, conforme se revela com a realização ou não de atividades conexas com a natureza, designadamente, caminhar, ou seja, variável independente qualitativa nominal, recorreremos ao teste não paramétrico de homogeneidade do qui-quadrado. As hipóteses a testar consubstanciam-se, estatisticamente, da seguinte forma:  $H_0$ : Não existem diferenças significativas entre a distribuição da opinião de turistas que realizam mais atividades conexas com a natureza e os que não realizam essas atividades.  $H_1$ : Existem diferenças significativas entre a distribuição da opinião de turistas que realizam mais atividades conexas com a natureza e os que não realizam. O nível de significância de  $\alpha = 0,05$ , assim, se  $p \geq 0,05$  não se rejeita  $H_0$ , pelo que consideramos que existem diferenças significativas entre a distribuição da opinião de turistas que realizam mais atividades conexas com a natureza e os que não realizam essas atividades.

Neste sentido, foram concebidos três testes do qui-quadrado. O primeiro relativo à amostra total, outro só com a amostra referente aos inquiridos na estação do inverno e outra só com os questionários recolhidos durante o verão.

Tabela XXI

Teste do qui-quadrado de comparação de distribuições entre inquiridos que realizam e não realizam caminhadas relativamente à PPIA

Caminhar * PPIA	N	Qui-quadrado	g.l.	P
Total	193	6.055	1	0.014*
Amostra				
Inverno	83	1.431	1	0.232
Verão	110	6.041	1	0.014*

\* Significativo para  $\alpha=0.05$

Na amostra total, verificámos que 67,5% dos inquiridos que costumam fazer caminhadas revelam PPIA em benefício do PNSE, enquanto os que não costumam fazer caminhadas, apresentam uma percentagem de 48,7% para a predisposição para esse pagamento (Tabela F do Apêndice). Esta diferença de proporções é estatisticamente significativa ( $\chi^2_{(1)}=6.055$ ;  $p=0.014$ ), podendo-se afirmar que os inquiridos que costumam fazer caminhadas revelam ter maior PPIA em benefício do PNSE do que os não costumam fazer caminhadas (Tabela XXI). Confirma-se, deste modo, H5.

No que respeita aos dados recolhidos durante o inverno, 70,6% dos inquiridos que costumam fazer caminhada revelam ter PPIA em benefício do PNSE, enquanto os que não costumam fazer caminhada, só 55,1% revelam ter predisposição para esse pagamento (Tabela G do Apêndice). Esta diferença de proporções não é estatisticamente significativa ( $\chi^2_{(1)}=1.431$ ;  $p=0.232$ ).

Na amostra referente ao período de verão, 66.33% dos inquiridos que costumam fazer caminhadas revelam PPIA em benefício do PNSE, enquanto os inquiridos que não costumam fazer caminhadas, somente 37% revelam ter predisposição para esse pagamento (Tabela H do Apêndice). Esta diferença de proporções é estatisticamente significativa ( $\chi^2_{(1)}=6.041$ ;  $p=0.014$ ), podendo-se afirmar que os inquiridos que costumam fazer caminhadas no verão, revelam ter maior PPIA no PNSE que os não costumam fazer caminhadas, confirmando-se a hipótese (Tabela XXI).

Sublinhe-se, pois que se confirma que a PPIA se relaciona positivamente com a realização de caminhadas, na qualidade de atividade conexas com a natureza, na amostra total e na referente ao período de verão, em conformidade com os estudos de Kang, Stein, Heo & Lee (2012).

### 3.3.6. Os turistas que fazem mais doações para ONG têm maior PPIA.

O procedimento estatístico é semelhante ao realizado para a hipótese anterior. As hipóteses a testar são as seguintes: H0: Não existem diferenças significativas na PPIA de turistas que realizam doações para ONG e os que não realizam. H1: Existem diferenças significativas na PPIA de turistas que realizam doações para ONG e os que não realizam. O nível de significância de  $\alpha=0,05$ , assim, se  $p \geq 0,05$  não se rejeita H0, pelo que consideramos que existem diferenças significativas na PPIA de turistas que realizam doações para ONG e os que não realizam. Contrariamente, se  $p < 0,05$  Rejeita-se H0, julgamos que não existem diferenças significativas na PPIA de turistas que realizam doações para ONG e os que não realizam.

Tabela XXII

Teste do qui-quadrado de comparação de distribuições entre inquiridos que costumam e não costumam fazer doações para ONG relativamente à PPIA

Doações ONG * PPIA	N	Qui-quadrado	g.l.	P
Total	193	40.197	1	0.000***
Amostra				
Inverno	83	16.766	1	0.000***
Verão	110	22.352	1	0.000***

\*\*\* Significativo para  $\alpha=0.001$

Na amostra total, 85,9% dos inquiridos que costumam fazer doações para ONG revelam possuir PPIA em benefício do PNSE, enquanto os que não costumam fazer doações para ONG, somente 39,8% revelam ter predisposição para esse pagamento (Tabela I do Apêndice). Da análise da tabela XXII, retira-se que esta diferença de proporções é estatisticamente significativa ( $\chi^2_{(1)}=40.197$ ;  $p=0.000$ ), podendo-se afirmar que os inquiridos que costumam fazer doações para ONG revelam ter maior PPIA no PNSE do que os que não costumam fazer doações para ONG (Tabela XXII).

No que concerne aos dados recolhidos durante o inverno, 90,6% dos inquiridos que costumam fazer doações para ONG revelam deter PPIA em benefício do PNSE, enquanto os que não costumam fazer doações para ONG, só 43,1% revelam ter predisposição para esse pagamento (Tabela J do Apêndice). Esta diferença de proporções é estatisticamente significativa ( $\chi^2_{(1)}=16.766$ ;  $p=0.000$ ), podendo-se afirmar que os inquiridos de inverno que costumam fazer doações para ONG revelam superior PPIA em benefício do PNSE do que os que não costumam fazer doações para ONG (Tabela XXII).

No que respeita à amostra de verão, 83% dos inquiridos que costumam fazer doações para ONG revelam ter PPIA, enquanto os inquiridos que não costumam fazer doações para ONG, somente 36,8% revelam

ter predisposição para esse pagamento (Tabela K do Apêndice). Esta diferença de proporções é estatisticamente significativa ( $\chi^2_{(1)}=22.352$ ;  $p=0.000$ ), podendo-se afirmar que os inquiridos de verão que costumam fazer doações para ONG revelam ter maior PPIA em benefício do PNSE que os não costumam fazer doações para ONG, verificando-se a hipótese referenciada ( Tabela XXII). Na verdade, parece comprovar-se que o altruísmo é um comportamento positivamente conexo com a consciência ambiental (Dolnicar, 2010).

Em suma e para sintetizar a análise efetuada neste último ponto conclui-se que:

No que respeita à primeira hipótese, referente ao género ela não foi comprovada. Contudo, relativamente aos turistas do verão, observámos uma diferença marginalmente relevante que pode indiciar uma maior PPIA relativamente ao género masculino. Quanto à segunda hipótese, relacionada com os rendimentos elevados, comprovámos a hipótese. A terceira hipótese, acerca da influência do nível educacional na PPIA, não foi comprovada, assim como a quarta hipótese relativa à idade, também não foi comprovada. A quinta hipótese relacionada com as atividade conexas com a natureza (caminhadas) e a sua relação com a PPIA foi comprovada. Por último, a hipótese que pretendia testar a relação da PPIA com as doações para ONG foi comprovada. Em seguida apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos com as várias hipóteses testadas:

**Tabela XXIII**

**Resultados das hipóteses**

Hipóteses de Investigação	Resultado Total	Verão	Inverno
H1: “O turista de género feminino tem maior PPIA”	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H2: “O turista com rendimentos mais elevados tem maior PPIA.”	Confirmada	Rejeitada	Confirmada
H3: “O turista com maior nível educacional apresenta maior PPIA”	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H4: “O turista com mais idade revela maior PPIA”	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H5: “O turista que realiza mais atividades conexas com a natureza têm maior PPIA”	Confirmada	Confirmada	Rejeitada
H6: “O turista que faz mais doações para ONG têm maior PPIA”	Confirmada	Confirmada	Confirmada

## 4. Considerações Finais

A presente investigação explora o perfil do turista não residente no PNSE e analisa a sua predisposição para pagar um imposto/ taxa para a promoção da sustentabilidade do PNSE.

Na globalidade, a caracterização do perfil do turista do PNSE é de um homem, português, casado, com cerca de 40 anos e com um curso superior. Relativamente ao vencimento mensal é, em regra, superior a 1500€ e o seu agregado familiar composto por 2 pessoas. O turista não residente do PNSE não o visita pela primeira vez e pondera regressar novamente. Usufruir da paisagem e do ambiente é a principal motivação para frequentar o PNSE.

Durante a sua estadia no PNSE gasta em média mais de 30€/dia. Não costuma fazer doações a ONG, contudo está sensibilizado para as temáticas da sustentabilidade dos destinos turísticos. O turista apresenta PPIA em benefício da sustentabilidade ambiental do PNSE, embora de reduzido valor.

A presente investigação revelou, igualmente, desigualdades de perfil entre o turista de inverno e de verão. Neste âmbito, verificámos disparidades significativas de comportamento no turista de inverno e de verão. Estas diferenças estatisticamente significativas entre os dois perfis consubstanciam interessantes linhas de investigação futura, no âmbito da política fiscal e turística.

Neste sentido importa salientar que os turistas que visitam o PNSE durante o verão pensam regressar, embora os turistas de inverno regressem ao PNSE com mais frequência que ao turistas de verão, perpetuando a sua fidelidade à região. Quanto à predisposição para o pagamento de um imposto/taxa adicional no PNSE, verificámos que existem diferenças significativas entre turistas de verão e de inverno, relativamente ao valor da taxa, os turistas de inverno revelam uma predisposição para pagar uma taxa mais elevada que os turistas de verão.

Por outro lado, os turistas do PNSE apresentam como principal razão para a visita o desfrutar da paisagem e do ambiente, sendo que a proximidade não é uma razão que leve os turistas de inverno a visitarem o PNSE, pelo contrário essa proximidade já tem maior influência no turista do verão, pelo que se conclui que os turistas da região visitam significativamente mais o PNSE no verão do que os turistas de fora da região, que por sua vez, preferem a região no inverno. Esta diferença revela-se, também, nas atividades desenvolvidas no PNSE, sendo que podemos afirmar que os turistas de verão procuram significativamente mais o PNSE para fazer caminhadas do que os turistas de inverno.

O presente trabalho é relevante para a literatura em diferentes âmbitos. Na verdade, a análise da predisposição para pagar revela importantes implicações na definição da política fiscal do setor turístico, na avaliação da implementação de um imposto ou taxa turística e na apreciação do seu impacto na procura turística, assim como permite estabelecer, na perceção do turista uma relação entre a fiscalidade e a sustentabilidade.

A investigação permitiu demonstrar que a sensibilidade à questão da sustentabilidade ambiental é transversal no turista que se desloca ao PNSE, tal como demonstraram outros estudos como Taylor, Fredotovic, Povh & Markandya, 2003 ou Oom do Valle, Pintassilgo, Matias & André, 2012.

Da mesma forma, possibilitou a comprovação da relação positiva da PPIA com a realização de caminhadas, na qualidade de atividade conexas com a natureza. Consolidam-se, deste modo, os resultados de outros estudos como o de Kang, Stein, Heo e Lee (2012).

A comprovação de que o altruísmo é um comportamento positivamente conexo com a consciência ambiental (Dolnicar, 2010), é outro dos resultados obtidos neste trabalho. Neste ponto, refira-se que em Alves e Silva (2018) constatou-se que os turistas mais velhos são os que fazem mais doações a ONG, e que os turistas que fazem mais doações são os que têm maior PPIA. Considera-se que esta relação deve ser aprofundada em trabalhos de investigação futuros.

A comprovação da associação entre a consciência ambiental e rendimentos mais elevados (Clever & Muller, 2002 e Kang, Stein, Heo & Lee, 2012) representa outro dos contributos da presente investigação.

Por outro lado, os turistas do PNSE evidenciam uma clara sensibilização para as questões associadas com a preservação da natureza em locais turísticos esta conclusão permite a expansão da discussão sobre a análise comportamental dos turistas que se encontram sensibilizados para a sustentabilidade, contribuindo para a escassa literatura sobre a temática, principalmente em Portugal (Taylor, Fredotovic, Povh & Markandya, 2003; Dolnicar, 2010; Dolnicar, Crouch & Long 2008; Casey, Brown & Schuhmann, 2010, Subade & Francisco, 2014; López-Sánchez & Pulido-Fernández, 2017 e Oom do Valle, Pintassilgo, Matias & André, 2012).

A pesquisa centra-se no papel do particular do turista na dinâmica económica e política do turismo (López-Sánchez & Pulido-Fernández, 2017 e Ruhanen, Weiler, Moyle & McLennan, 2015), evidenciando o seu protagonismo na defesa da sustentabilidade ambiental. Esta investigação é fulcral para a tomada de decisão, permitindo que os *stakeholders*, turistas, empresas e comunidades promovam o

desenvolvimento do setor, internalizando externalidades negativas ambientais e concomitantemente aumentem a rentabilidade das empresas. Neste âmbito, a PPIA é um instrumento de gestão turística, especialmente, em destinos que pretendem diferenciar-se no mercado pela sustentabilidade ambiental (Birdir Ünal, Birdir & Williams, 2013 e Williams, 2013).

As limitações do trabalho desenvolvido fornecem, ainda, importantes linhas de orientação para investigações futuras. Neste âmbito, salienta-se o facto de não ter sido possível confirmar algumas hipóteses, muito provavelmente pela pequena dimensão da amostra e a consequente falta de robustez dos dados recolhidos. Para ultrapassar esta limitação foi prolongado o período de análise. Por outro lado, o âmbito da amostra circunscreve-se ao PNSE, pelo que seria interessante alargar a sua extensão, examinando se o destino turístico afeta a perceção do turista. Metodologicamente, a recolha de dados incidu sobre turistas não residentes, pesquisas futuras podem concentrar-se na investigação da sensibilidade ambiental dos turistas residentes.

## Bibliografia

Adongo, C.A.; Taale, F. & Adam, I. (2018). Tourists' values and empathic attitude toward sustainable development in tourism. *Ecological Economics*, 150, 251-263.

Aguiló, E.; Riera, A., & Rosselló, J. (2005). The short-term price effect of a tourist tax through a dynamic demand model. The case of the Balearic Islands. *Tourism Management*, 26, 359 -365.

Alvarez-Albelo, C.D.; Hernandez-Martín, R. & Padron-Fumero, N. (2017). Air passenger duties as strategic tourism taxation, *Tourism Management* 60, 442 -453.

Alves, M.C.& Silva, A.S. (2018). Taxation in the promotion of sustainable tourism: preliminary results of a study on PNSE. Working paper prepared for the International Conference TMS ALGARVE 2018 - Tourism & Management Studies International Conference, Algarve, Portugal, Novembro.

Archer, B. & Fletcher, J. (1996). The economic impact of tourism in the Seychelles, *Annals of Tourism Research*, 23, 32-47.

Baumol, W. & Oates, W. (1971). The use of standards and prices for protection of the environment. *Swedish Journal of Economics*, 73, 161 -173.

Bestard, A. & Nadal, J.(2007). Modelling environmental attitudes toward tourism. *Tourism Management*, 28, 688-695.

Bird, R. (1992). Taxing Tourism in Developing Countries. *World Development*, 20, 1145-1158.

Birdir S.; Ünal Ö.; Birdir K. & Williams AT. (2013). Willingness to pay as an economic instrument for coastal tourism management: cases from Mersin, Turkey. *Tourism Management*, 36, 279 - 283.

Bramwell, B.; Higham, J.; Lane, B. & Miller, G. (2017). Twenty five years of sustainable tourism and the Journal of Sustainable Tourism: looking back and moving forward, *Journal of Sustainable Tourism*, 25, 1-9.

Briassoulis, H. (2002). Sustainable tourism and the question of the commons. *Annals of Tourism Research*, 29, 1065 -1085.

Butler R. (1980). The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 24, 5-12.

Butler R. (1999). An International Journal of Tourism Space, Place and Environment. *Tourism Geographies*, 1, 7-25.

Cantallops, A.S. (2004). Policies Supporting Sustainable Tourism Development in the Balearic Islands: The Ecotax, *Anatolia*, 15, 39-56.

Casalta Nabais, J. (2016). *Direito Fiscal*, 2016, 135 - 160.

Casey J.F., Brown C. & Schuhmann P. (2010). Are tourists willing to pay additional fees to protect corals in Mexico? *Sustainable Tourism*, 18, 557-573.

Cetin,G. ;Alrawadieh, Z. ;Dincer,M.Z.;Dincer, F.I. & Ioannides, D. (2017). Willingness to Pay for Tourist Tax in Destinations: Empirical Evidence from Istanbul, *Economies*, 5, 21.

Choi, H.S. & Murray, I. (2010). Resident attitudes toward sustainable community tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 18, 575-594.

Cleaver, M. & Muller, T. (2002). The socially aware baby boomer: gaining a lifestyle based understanding of the new wave of ecotourists. *Journal of Sustainable Tourism*, 10, 173 -190.

Dinan, C. & Sargeant, A. (2000) Social marketing and sustainable tourism: Is there a match? *International Journal of Tourism Research*, 2 ,1.

Dodds R. & Butler R.W. (2009). Inaction more than action: barriers to the implementation of sustainable tourism policies. Gössling S, Hall M, Weaver DB, Editors. *Sustainable tourism futures*. London: Routledge, 43-57.

Dogru, T & Bulut, U. (2018). Is tourism an engine for economic recovery? Theory and empirical evidence *Tourism Management*, 67, 425-434.

Dogru, T. & Sirakaya-Turk, E. (2017). Engines of tourism's growth: An examination of efficacy of shift-share regression analysis in South Carolina. *Tourism Management*, 58, 205 -214.

Dolnicar, S. (2010). Identifying tourists with smaller environmental footprints. *Journal of Sustainable Tourism*, 18, 717-734.

Dolnicar, S.; Crouch, G., & Long, P. (2008). Environment-friendly tourists: what do we really know about them? *Journal of Sustainable Tourism*, 16, 197 -210.

Dombrovski, R. & Hodžić, S. (2010). Impact of Value Added Tax on Tourism. *International Business & Economics Research Journal*, 9,131-138.

Dourado, A.P. (2017) *Lições Direito Fiscal*, 2.<sup>a</sup> Edição, 2017, 29 - 30.

Ekins, P. (1999). European environmental taxes and charges: recent experience, issues and trends. *Ecological Economics*, 31, 39-62.

- Fernández, J.I.P & Rivero, M.S. (2009). Measuring Tourism Sustainability: Proposal for a Composite Index. *Tourism Economics*, 15,277-96.
- Font, X.; Garay, L. & Jones, S., (2016). A social cognitive theory of sustainability empathy. *Annals Tourism Res.*, 58, 65-80.
- Forsyth, P. & Dwyer, L. (2002). Market Power and the Taxation of Domestic and International Tourism. *Tourism Economics*, 8, 377-399.
- Forsyth, P. & Dwyer, L. (2014). Climate change policies, long haul air travel and tourism. *Journal of Tourism Economics, Policy and Hospitality Management*, 2, article 3, 1-18.
- Freeman, R. E. (1994).The Politics of Stakeholder Theory: Some Future Directions. *Business Ethics Quarterly* 4, 409-429.
- Gago, A.; Labandeira, X.; Picos, F. & Rodríguez, M. (2006). Taxing Tourism in Spain: Results and Recommendations, Department of Applied Economics University of Vigo, Spain, XIII Encuentro de Economía Pública: 2- 3.02.2006, Playadulce (Almería)
- Gago, A. ; Labandeira, X. ; Picos, F. & Rodríguez, M. (2009). Specific and general taxation of tourism activities: Evidence from Spain. *Tourism Management*, 30, 381-392.
- Gillham, B., (2008). Developing a Questionnaire, 2.<sup>a</sup> Edição, 2008, 2-14.
- Gooroochurn, N. & Sinclair, M. (2003). The Welfare Effects of Tourism Taxation. Christel De Haan Tourism and Travel Research Institute.
- Gooroochurn, N. & Sinclair, M. (2005). Economics of tourism taxation: Evidence from Mauritius. *Annals of Tourism Research*, 32, 478-498.
- Gooroochurn, N. (2009). Optimal commodity taxation in the presence of tourists. *International Economic Journal*, 23, 197-209.
- Gössling, S.; Scott, D.; Hall, C.M.; Ceron J.P.& Dubois G.(2012).Consumer behavior and demand response of tourists to climate change, *Annals of Tourism Research*, 39,36-58..
- Gursoy, D.; Jurowski, C., & Uysal, M. (2002). Resident attitudes: A structural modeling approach, *Annals of Tourism Research*, 29, 79-105.
- Hall, C.M. (2013). Framing behavioral approaches to understanding and governing sustainable tourism consumption: Beyond neoliberalism, “nudging” and “green growth”? *Journal of Sustainable Tourism*, 21, 1091-1109.

Hazari, B. & Ng, A. (1993). An Analysis of Tourists' Consumption of Non-Traded Goods and Services on the Welfare of the Domestic Consumers. *International Review of Economics and Finance*, 2, 43-58.

Hazari, B. & Nowak, J. (2003). Tourism, Taxes and Immiserization: A Trade Theoretic Analysis. *Pacific Economic Review*, 8, 279-287.

Holecek, D.; Forsberg, P. & Myers, J. (1994), *Travel and Tourism: Issues in Tax Policy*, Brussels, WTTC.

Holmes & Sunstein, (2000), *The cost of rights, Why liberty depends on taxes*, New York, London, 2000.

Incera, A. & Fernandez, M. (2015). Tourism and income distribution: Evidence from a developed regional economy. *Tourism Management*, 48, 11- 20.

Jensen, T. & S. Wanhill (2002). Tourism's Taxing Times: Value Added in Europe and Denmark. *Tourism Management*, 23, 67-79.

Jepson, P.; Whittaker, R.J.; Lourie, S.A., (2011). The shaping of the global protected area estate. *Conserv. Biogeogr.* 93- 135.

Kang K. H.; Stein L.; Heo C. Y.; Lee S. (2012). Consumers' willingness to pay for green initiatives of the hotel industry. *International Journal of Hospitality Management*, 31, 564-572.

Keen, M. & Strand, J. (2007). Indirect taxes on international aviation. *Fiscal Studies*, 28, 1 - 41.

Kim, S., Timothy, D. J. & Hwang, J. (2011). Understanding Japanese tourists 'shopping preferences using the Decision Tree Analysis method. *Tourism Management*, 32, 544 -554.

Kozak M. & Martin D. (2012). Tourism life cycle and sustainability analysis: profit-focused strategies for mature destinations. *Tourism Management*, 33, 188-194.

Legohérel, P. & Wong, K. (2006). Market segmentation in the tourism industry and consumers' spending: what about direct expenditures? *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 20, 15-20.

Legohérel, P. (1998). Toward a market segmentation of the tourism trade: expenditure levels and consumer behavior instability. *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 7, 19 -39.

López-Sánchez, Y. & Pulido-Fernández, J.I. (2017). Factors influencing the willingness to pay for sustainable tourism: a case of mass tourism destinations. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 24, 262-275.

Lu, J. & Nepal, and S.K. (2009). Sustainable tourism research: an analysis of papers published. *Journal of Sustainable Tourism*, 17, 5-16.

Mak, J. (1988). Taxing hotel room rentals in the U.S. *Journal of Travel Research*, 27, 10-15.

- Mak, J. (2006). Taxation of Travel and Tourism. In International Handbook on the Economics of Tourism, ed. Larry Dwyer and Peter Forsyth; 251-265, London: Edward Elgar Publishers.
- McAleer, M., Riaz, S. & da Veiga, B. (2005). Risk Management of Daily Tourist Tax Revenues for the Maldives, November. Working Paper 137.05.
- Mehmetoglu, M. (2010). Factors influencing the willingness to behave environmental friendly at home and holiday settings. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 10, 430 -447.
- Musgrave, R. (1959). *The Theory of Public Finance*. New York: McGraw-Hill. 1998 *Tourism Taxation: Striking a Fair Deal*. Madrid: WTO.
- Nickerson, N.P., Jorgenson, J. & Boley, B.B., (2016). Are sustainable tourists a higherspending market? *Tourism Management*, 54, 170-177.
- Oom do Valle, P., Pintassilgo, P., Matias P. & André F., (2012). Tourist attitudes towards an accommodation tax earmarked for environmental protection: A survey in the Algarve, *Tourism Management*, 33, 1408 -1416.
- Palmer, T. & Riera, A. (2003). Tourism and environmental taxes. With special reference to the “Balearic ecotax”, *Tourism Management*, 24, 665 -674.
- Parasuraman, A. (1991). *Marketing research*. 2ª edição. Addison Wesley Publishing Company.
- Payeras, M., & Sastre, F. (1994). El multiplicador turistico: su aplicacion a la economia balear (The Tourism multiplier: Its application to the economy of the Balearic Islands), *Papers de Turisme*, 16, 15 - 29.
- Perez, A. & Rodríguez del Bosque, I. (2014). Sustainable Development and Stakeholder Relations Management: Exploring Sustainability Reporting in the Hospitality Industry from a SD-SRM Approach. *International Journal of Hospitality Management* 42: 174-87.
- Platanias, M. & Rizzo, M., (2018). Willingness to pay for protected areas: A case of Etna Park, *Ecological Indicators* 93, 201-206.
- Ponjan, P. & Thirawat, N. (2016). Impacts of Thailand’s tourism tax cut: A CGE analysis. *Annals of Tourism Research*, 61, 45-62.
- Ruhanen, L.; Weiler, B.; Moyle B.D. & McLennan, C. J. (2015). Trends and patterns in sustainable tourism research: a 25-year bibliometric analysis, *Journal of Sustainable Tourism*, 23:4, 517-535.
- Sheng L. (2011). Taxing tourism and subsidizing non-tourism: A welfare-enhancing solution to “Dutch disease”, *Tourism Management*, 32, 1223 -1228.

- Sher, K.L.; Bagul, A.H.B.P. & Din, S.A.M. (2015). The influence of community attachment and community involvement towards resident's support on sustainable tourism development by mediating perceived benefits and perceived costs. *American-Eurasian J. Agric. Environ. Sci.* 15, 133-138.
- Sinclair, M. T. (1998). Tourism and economic development: A survey. *The Journal of Development Studies*, 34, 1 - 51.
- Sinclair, T.; Papatheodorou, A. & Stabler, M. (1997). *The Economics of Tourism*. London: Routledge.
- Su, L., & Swanson, S.R. (2017). The Effect of Destination Social Responsibility on Tourist Environmentally Responsible Behavior: Compared Analysis of First-Time and Repeat Tourists. *Tourism Management*, 60, 308-321.
- Subade R.F. & Francisco H.A. (2014). Do non-users value coral reefs? Economic valuation of conserving Tubbataha Reefs, Philippines. *Ecological Economy*, 102, 24-32.
- Tan, S. Habibullah; M.S, Tan, S. & Choon, S. (2017). The impact of the dimensions of environmental performance on firm performance in travel and tourism industry. *Journal of Environmental Management* 203, 603-611.
- Taylor, T., Fredotovic, M.; Povh, D. & Markandya, A. (2003). Sustainable tourism and economic instruments: the case of Hvar Croatia. *International Conference on Tourism and Sustainable Economic Development: Macro and Micro Economic Issues*, Sardinia, Italy, 19-20.09.2003.
- Varela, M. (2011). Taxation of tourism activities: Evidence from Portugal. Working paper prepared for the International Conference "EcoMod2011," Ponta Delgada, Portugal, Junho a Julho.
- Viannaa, G.M.S; Meekana, M.G.; Rogersc, A.A.; Kragtd, M. E.;Aline, J. M.& Zimmerhackela, J. S. (2018). Shark-diving tourism as a financing mechanism for shark conservation strategies in Malaysia, *Marine Policy*, 94, 220-296.
- Weaver D.B. (2012). Organic, incremental and induced paths to sustainable mass tourism convergence. *Tourism Management*, 33, 1030-103.
- Weeden C. (2013). *Responsible and ethical tourist behaviour*.UK: Routledge.
- Werhrtli, R.; Egli, H.; Lutzenberger, D.; Pfister, J.; Schwarz, J. & Steettler, J. (2011). Is There Demand for Sustainable Tourism? Working Papers Series Tourism 001/2011; Lucerne University of Applied Sciences and Arts: Lucerne, Switzerland.
- Williams, A. (2013). Mobilities and sustainable tourism: Path-creating or path-dependent relationships? *Journal of Sustainable Tourism*, 21, 4, 511-531.

Wong, J. & Law, R. (2003). Successful Factors for a Travel Web Site: Perceptions of On-Line Purchasers In Hong Kong, *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 27, 118-124.

Zimmerman, D.W. (1987). Comparative power of Student t test and Mann-Whitney U test for unequal sample sizes and variances. *Journal of Experimental Education*, 55, 171- 174.

Zimmerman, D. W. (2000). Statistical significance levels of nonparametric tests biased by heterogeneous variances of treatment groups. *Journal of General Psychology* 127, 354-364.

World Tourism Organization (2006). Poverty Alleviation Through Tourism: <http://www2.unwto.org/>, consultado em 30 de setembro de 2017, 22h40.

WTTC - World Travel & Tourism Council (2018) Travel & Tourism Economic Impact - Portugal <https://www.wttc.org/> consultado em 02 outubro de 2018, 22h00.

<https://www.apambiente.pt/>, consultado em 03 janeiro de 2018, 23h00.

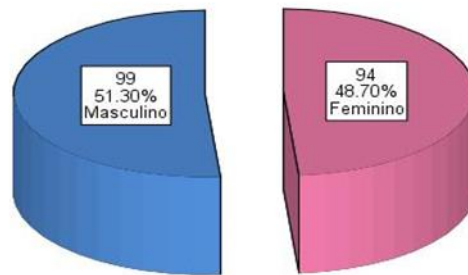
<http://www.turismodeportugal.pt/>, consultado em 29 de dezembro de 2017, 23h50.

<http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse>, consultado em 06 de janeiro de 2018, 22h55.

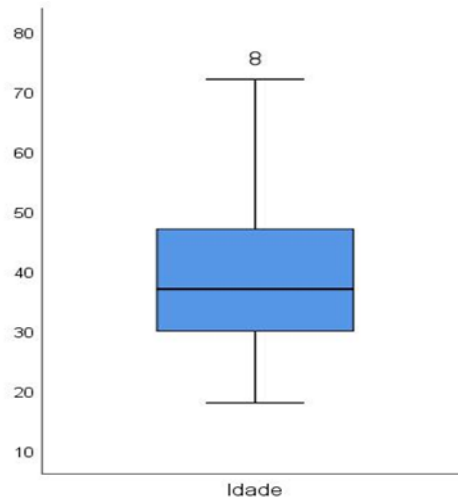
<http://www.pordata.pt>, consultado dia 08 de abril de 2018, 14h05

# Apêndice

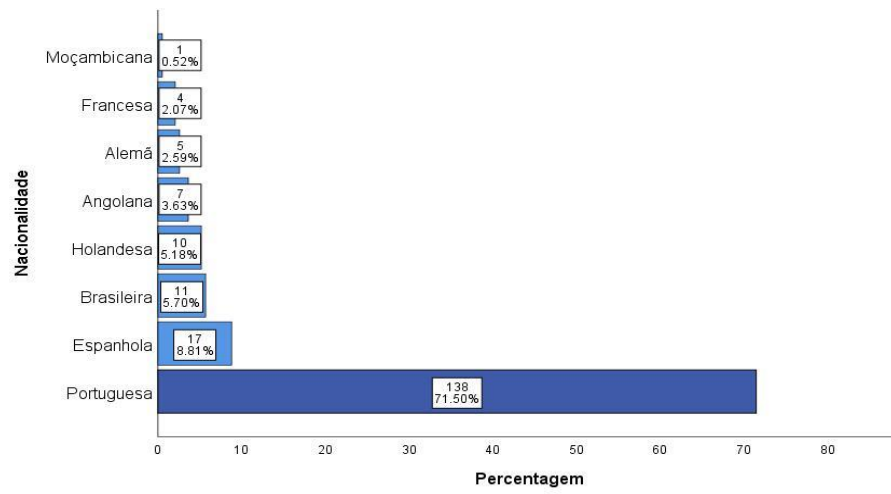
**Gráfico I**  
Distribuição dos inquiridos por género



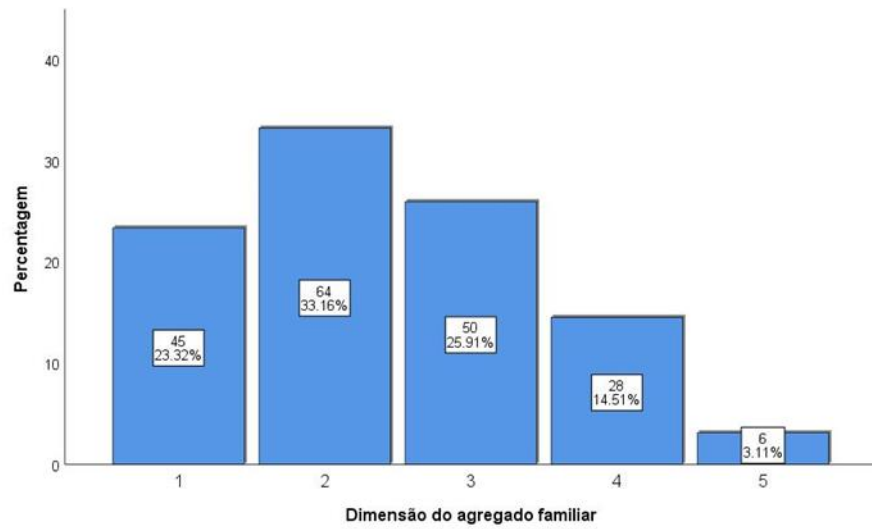
**Gráfico II**  
Diagrama de extremos e quartis de distribuição dos inquiridos por idade.



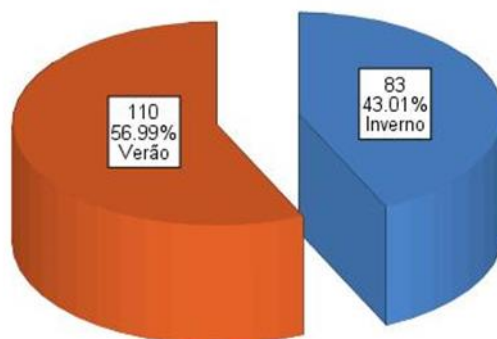
**Gráfico III**  
**Nacionalidade dos inquiridos**



**Gráfico IV**  
**Agregado Familiar dos inquiridos**



**Gráfico V**  
**Distribuição d dos inquiridos por estações do ano**



**Tabela A**  
**Distribuição por género da PPIA**

		Predisposição para o pagamento de um imposto/taxa adicional			
		Não	Sim	Total	
Género	Feminino	Frequência	44	50	94
		Percentagem	46.8%	53.2%	100.0%
	Masculino	Frequência	33	66	99
		Percentagem	33.3%	66.7%	100.0%
Total		Frequência	77	116	193
		Percentagem	39.9%	60.1%	100.0%

**Tabela B**

**Distribuição por gênero da PPIA/ Inverno**

		Predisposição para o pagamento de um imposto/taxa adicional			
		Não	Sim	Total	
Gênero	Feminino	Frequência	16	23	39
		Percentagem	41.0%	59.0%	100.0%
	Masculino	Frequência	16	28	44
		Percentagem	36.4%	63.6%	100.0%
Total		Frequência	32	51	83
		Percentagem	38.6%	61.4%	100.0%

**Tabela C**

**Distribuição por Gênero da PPIA /Verão**

		Predisposição para o pagamento de um imposto/taxa adicional			
		Não	Sim	Total	
Gênero	Feminino	Frequência	28	27	55
		Percentagem	50.9%	49.1%	100.0%

Masculino	Frequência	17	38	55
	Porcentagem	30.9%	69.1%	100.0%
Total	Frequência	45	65	110
	Porcentagem	40.9%	59.1%	100.0%

**Tabela D**

**Teste de Mann-Whitney de comparação de níveis educacionais entre inquiridos com e sem PPIA em benefício do PNSE**

Amostra	PPIA	N	Rank médio	U	P
				Mann-Whitney	
Total	Não	77	89.05	5078.000	0.069
	Sim	116	102.28		
Inverno	Não	32	39.38	900.000	0.386
	Sim	51	43.65		
Verão	Não	45	50.12	1704.500	0.090
	Sim	65	59.22		

\* Significativo para  $p < 0.05$  \*\* Significativo para  $p < 0.01$

**Tabela E**

**Teste T de comparação de médias de idade entre inquiridos com e sem PPIA**

Amostra	PPIA	N	Média	Desvio	T	g.l.	p
				padrão			
Total	Não	77	39.30	12.740	-1.144	191	0.254
	Sim	116	41.60	14.314			
Inverno	Não	32	38.88	12.760	-1.217	81	0.227
	Sim	51	42.84	15.411			
Verão	Não	45	39.60	12.862	-0.403	108	0.688
	Sim	65	40.63	13.433			

**Tabela F**

**Inquiridos que realizam e não realizam atividades de caminhada relativamente à PPIA**

			Predisposição para o pagamento de um imposto/taxa adicional		
			Não	Sim	Total
Principais atividades PNSE:	Não	Frequência	39	37	76
		Percentagem	51.3%	48.7%	100.0%
Caminhar	Sim	Frequência	38	79	117
		Percentagem	32.5%	67.5%	100.0%
Total	Frequência		77	116	193
	Percentagem		39.9%	60.1%	100.0%

**Tabela G**

**Inquiridos que realizam e não realizam atividades de caminhada relativamente à PPIA/ Inverno**

			Predisposição para o pagamento de um imposto/taxa adicional		
			Não	Sim	Total
Principais atividades PNSE:	Não	Frequência	22	27	49
		Percentagem	44.9%	55.1%	100.0%
Caminhar	Sim	Frequência	10	24	34
		Percentagem	29.4%	70.6%	100.0%
Total	Frequência		32	51	83
	Percentagem		38.6%	61.4%	100.0%

**Tabela H**

**Inquiridos que realizam e não realizam atividades de caminhada relativamente à PPIA/ Verão**

		Predisposição para o pagamento de um imposto/taxa adicional			
		Não	Sim	Total	
Principais atividades PNSE:	Não	Frequência	17	10	27
		Percentagem	63.0%	37.0%	100.0%
Caminhar	Sim	Frequência	28	55	83
		Percentagem	33.7%	66.3%	100.0%
Total		Frequência	45	65	110
		Percentagem	40.9%	59.1%	100.0%

**Tabela I**

**Inquiridos que costumam e não costumam fazer doações para ONG relativamente à PPIA**

		Predisposição para o pagamento de um imposto/taxa adicional			
		Não	Sim	Total	
Costuma fazer doações para ONG	Não	Frequência	65	43	108
		Percentagem	60.2%	39.8%	100.0%
	Sim	Frequência	12	73	85
		Percentagem	14.1%	85.9%	100.0%
Total		Frequência	77	116	193
		Percentagem	39.9%	60.1%	100.0%

**Tabela J**  
**Inquiridos que costumam e não costumam fazer doações para ONG relativamente à PPIA/ Inverno**

			Predisposição para o pagamento de um imposto/taxa adicional		
			Não	Sim	Total
Costuma fazer doações para ONG	Não	Frequência	29	22	51
		Percentagem	56.9%	43.1%	100.0%
	Sim	Frequência	3	29	32
		Percentagem	9.4%	90.6%	100.0%
Total	Frequência		32	51	83
	Percentagem		38.6%	61.4%	100.0%

**Tabela K**  
**Inquiridos que costumam e não costumam fazer doações para ONG relativamente à PPIA/ Verão**

			Predisposição para o pagamento de um imposto/taxa adicional		
			Não	Sim	Total
Costuma fazer doações para ONG	Não	Frequência	36	21	57
		Percentagem	63.2%	36.8%	100.0%
	Sim	Frequência	9	44	53
		Percentagem	17.0%	83.0%	100.0%
Total	Frequência		45	65	110
	Percentagem		40.9%	59.1%	100.0%

## Anexo

### PROTOCOLO

Este questionário destina-se a recolher dados para a elaboração de uma dissertação de mestrado sobre o perfil do turista do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) e a sua preocupação com questões de sustentabilidade. Pretende-se assim averiguar qual a predisposição do turista do PNSE, para pagar uma taxa de imposto adicional diária que reverta integralmente em benefício da sustentabilidade ambiental do PNSE.

Esta dissertação insere-se no Mestrado em Gestão da UBI e está a decorrer sob orientação da Professora Doutora Maria do Céu Alves.

Para a obtenção dos dados necessários, solicita-se a sua participação, bastando, para isso, responder às questões que lhe são colocadas no pequeno questionário em anexo.

As respostas são confidenciais e anónimas, servindo apenas para tratamento estatístico agregado, pelo que não deve assinar nem rubricar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas, dado que todas as respostas visam exclusivamente obter informação sobre a realidade em estudo.

Nas afirmações onde existir uma quadrícula, deve assinalar com uma cruz (X) a alínea que está de acordo com o seu caso. Relativamente as atividades praticadas no PNSE poderá, se assim o entender, escolher mais do que uma opção.

Para que seja salvaguardada a validade do questionário, pede-se que não se deixe nenhuma questão por responder.

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO

Ana Santos Silva

(Não preencher este quadrado)

Nº Quest. -

## QUESTIONÁRIO

### I – Características sociodemográficas:

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Género:      a) Feminino        b) Masculino   

Idade: \_\_\_\_ anos

#### Estado civil:

- a) Solteiro(a)
- b) Casado(a)
- c) União de facto
- d) Divorciado(a)
- e) Viúvo(a)

#### Habilitações literárias:

- a) 1º Ciclo do Ensino Básico (4ª classe)
- b) 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)
- c) 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)
- d) Ensino Secundário (12º ano)
- e) Ensino Superior

Dimensão do agregado familiar: \_\_\_\_\_ pessoas

#### Rendimento médio mensal:

- a) Menos de 1000€ / mês
- b) Entre 1000 e 1500€ / mês
- c) Entre 1500 e 2000€ / mês
- d) Entre 2000 e 2500€ / mês
- e) Mais de 2500€ / mês

### II – Atividade

#### Vinda ao Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)

É a primeira vez que vem ao PNSE?    Sim        Não   

Pensa voltar nos próximos anos?    Sim        Não

**Principais atividades que procura realizar no PNSE:**

- Caminhar
- Atividades recreativas
- Desporto
- Não fazer nada
- Outras, especifique: \_\_\_\_\_

**Principal motivação para escolha do PNSE:**

- Proximidade
- Paisagem e ambiente;
- Outras, especifique: \_\_\_\_\_

**Quanto acha que gasta em média por dia no PNSE**

- |                       |                          |                       |                          |
|-----------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Nada                  | <input type="checkbox"/> | Entre 15 e 20 € / dia | <input type="checkbox"/> |
| Até 5 € / dia         | <input type="checkbox"/> | Entre 20 e 25 € / dia | <input type="checkbox"/> |
| Entre 5 e 10€ / dia   | <input type="checkbox"/> | Entre 25 e 30 € / dia | <input type="checkbox"/> |
| Entre 10 e 15 € / dia | <input type="checkbox"/> | Mais de 30€ / dia     | <input type="checkbox"/> |

**Costuma fazer doações para Organismos Não Governamentais?** Sim  Não

**III – Parque Natural da Serra da Estrela**

Suponha que um fundo ambiental foi criado para proteger o Parque Natural da Serra da Estrela, com o fito de preservar ambientes naturais e efetuar melhorias ambientais, presumindo que seria financiado através de um imposto de alojamento pago como um valor fixo por dia.

1. Estaria disposto a pagar isso? \_\_\_\_\_

2. Em caso afirmativo, quanto estaria disposto a pagar, por dia?

Até 1€  Mais de 1€ e menos de 3€  Mais de 3€ e menos de 5€  Mais de 5€

Muito obrigada!

